

Índice

2. Comentário dos diretores	
2.1 Condições financeiras e patrimoniais	1
2.2 Resultados operacional e financeiro	15
2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases	22
2.4 Efeitos relevantes nas DFs	23
2.5 Medições não contábeis	24
2.6 Eventos subsequentes as DFs	32
2.7 Destinação de resultados	33
2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs	35
2.9 Comentários sobre itens não evidenciados	36
2.10 Planos de negócios	37
2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional	40
5. Política de gerenciamento de riscos e controles internos	
5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado	41
5.2 Descrição dos controles internos	48
5.3 Programa de integridade	51
5.4 Alterações significativas	57
5.5 Outras informações relevantes	58

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

2.1. Os diretores devem comentar sobre:

Os diretores da Companhia apresentam, nesta seção, informações que visam permitir aos investidores e ao mercado em geral analisar a nossa situação pela perspectiva da Administração. Abaixo discorrem, dentre outros aspectos, sobre fatos, tendências, compromissos ou eventos importantes que, impactam ou poderiam impactar as nossas condições financeiras e patrimoniais. Exceto quando justificado, os valores aqui apresentados estão expressos em milhares de reais (R\$) e foram extraídos das demonstrações financeiras consolidadas da Raízen S.A. referentes ao exercício social encerrado em 31 de março de 2023, e são de responsabilidade da Administração.

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade ("IFRS") emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB").

a. condições financeiras e patrimoniais gerais

Adotamos políticas financeiras e de tesouraria destinadas a promover um perfil de crédito compatível com o *investment grade* nos *ratings* corporativos das agências de classificação de risco ("Grau de Investimento"). Consequentemente, atualmente aderimos aos seguintes princípios-chave:

- foco no financiamento de gastos de capital recorrentes/operacionais a partir de fluxos de caixa operacionais, com um amortecimento para cenários adversos; e
- pagamentos de dividendos estabelecidos anualmente, levando em consideração: (1) o caixa gerado durante o período; (2) nosso plano de crescimento, (3) acesso ao financiamento; e (4) manutenção de um perfil de crédito proporcional a um Grau de Investimento.

Entendemos que nossas condições financeiras e patrimoniais são suficientes para implementar nosso plano de negócios e cumprir com nossas obrigações de curto e médio prazo, considerando que mantemos um perfil de amortização de dívida altamente gerenciável e nos beneficiamos de liquidez adequada, dado que a Companhia em 31 de março de 2023 possuía um caixa e equivalentes de caixa de R\$ 8.733.396 mil (não inclui títulos e valores mobiliários e caixa restrito). Adicionalmente, a liquidez da Companhia é reforçada por linhas de crédito rotativo, denominada *revolving credit facilities*, não utilizadas até o momento que totalizam US\$ 1.000.000 mil (equivalente em 31 de março de 2023 a R\$ 5.080.400 mil).

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Assim, nossa estabilidade de geração de caixa, juntamente com as linhas de crédito disponíveis, é suficiente para atender o financiamento de nossas atividades e cobrir nossa necessidade de recursos para execução do seu plano de negócios.

A tabela abaixo apresenta as principais linhas do balanço patrimonial da Companhia, utilizadas para o cálculo dos indicadores apresentados na sequência:

	Em 31 de março
Em R\$ milhares	de 2023
Ativo	111.551.463
Circulante	47.482.431
Não Circulante	64.069.032
Passivo	88.647.302
Circulante	44.830.685
Não Circulante	43.816.617
Patrimônio Líquido	22.904.161
Passivo e Patrimônio Líquido	111.551.463

O ativo circulante é formado principalmente por caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, tributos a recuperar e estoques. Já o passivo circulante, é constituído em especial por fornecedores, partes relacionadas e empréstimos e financiamentos.

Abaixo, apresentamos os índices de endividamento e de liquidez e os resultados encontrados sustentam a confiança da administração na solidez patrimonial da Companhia:

Índices	Fórmula	Em 31 de março de 2023
Endividamento Total (ET)	$ET = \frac{\textit{Passivo total}}{\textit{Ativo total}} \times 100$	79,5
Endividamento de Curto Prazo (ECP)	$ECP = \frac{\textit{Passivo Circulante}}{\textit{Ativo total}} \times 100$	40,2
Liquidez Corrente (LC)	$LC = \frac{\textit{Ativo Circulante}}{\textit{Passivo Circulante}} \times 100$	105,9

Os índices de endividamento total e de curto prazo são índices de estrutura patrimonial e indicam a participação de recursos de terceiros (passivo) no financiamento das aplicações totais realizadas pela Raízen (ativo total).

As informações financeiras patrimoniais da Companhia, com base na avaliação dos seus

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

diretores, demonstram um adequado nível de endividamento, considerando que a disponibilidade de liquidez da Raízen é suficiente para cumprir com suas obrigações de curto prazo. Em 31 de março de 2023, a Dívida Bruta da Raízen era composta por R\$ 29.454.938 mil (considerando os empréstimos e financiamentos circulantes e não circulantes), a Dívida líquida da Raízen foi de R\$ 20.361.119 mil, sendo composta pela Dívida Bruta subtraída do caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, aplicações financeiras vinculadas a financiamentos, Certificados do Tesouro Nacional (CTNs) e instrumentos financeiros derivativos contratados para proteção dos empréstimos e financiamentos.

Nossas fontes de liquidez tradicionalmente consistem em fluxos de caixa de nossas operações ordinárias e empréstimos de longo prazo.

Acreditamos que nosso capital de giro atual e os resultados da liquidez geral e corrente é suficiente diante da expectativa de manutenção da dinâmica operacional dos negócios e esperamos atender a eventuais necessidades de capital de giro por meio de empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo, ofertas de títulos de dívida e de capital no mercado brasileiro e mercados de capitais internacionais.

No exercício social encerrado em 31 de março de 2023 o fluxo de caixa utilizado nas atividades de investimento foi financiado principalmente pelo uso de caixa gerado pela operação e aumento do endividamento.

Nossa Administração entende que a Raízen possui estrutura de capital adequada ao cumprimento de suas obrigações de curto e médio prazo.

b. estrutura de capital

Gestão de Capital

O objetivo da Companhia ao administrar sua estrutura de capital é o de assegurar a continuidade de suas operações e financiar oportunidades de investimento, mantendo um perfil de crédito saudável e oferecendo retorno adequado a seus acionistas.

A Companhia possui relação com as principais agências de rating locais e internacionais, conforme demonstrados abaixo:

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Agência	Escala	Rating	Outlook	Data
Fitch	Nacional	AAA (bra)	Estável	Julho/2023
	Global	BBB	Estável	Julho/2023
Moody's	Nacional	Aaa.Br	Estável	Fevereiro/2023
	Global	Baa3	Estável	Fevereiro/2023
Standard & Poor's	Nacional	brAAA	Estável	Maio/2023
	Global	BBB-	Positivo	Junho/2023

A Companhia monitora o seu capital, por meio de uma gestão combinada da tesouraria de seus negócios, usando um índice de alavancagem representado pela Dívida Líquida dividida pela soma da Dívida Líquida e Patrimônio Líquido.

Na tabela seguinte apresentamos a composição da estrutura de capital da Companhia entre Dívida Líquida e Capital Próprio e os índices de alavancagem financeira em 31 de março de 2023, que foram calculados como segue:

Em R\$ milhares, exceto %	Em 31 de março de 2023
Dívida Bruta	29.454.938
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(8.733.396)
(-) Títulos e valores mobiliários	(176.529)
(-) Aplicações financeiras vinculadas a financiamentos	(1.651)
(-) Certificados do Tesouro Nacional – CTN	(34.940)
(-) Swaps de taxa de câmbio, de juros e outros derivativos	(147.303)
Dívida Líquida	20.361.119
Patrimônio líquido Atribuído aos acionistas Controladores	22.251.749
Participação dos acionistas não controladores	652.412
Capital próprio	22.904.161
Total de Dívida Líquida e Capital Próprio	43.265.280
Índice de alavancagem financeira⁽¹⁾	47,06%

(1) Calculado como Dívida Líquida dividido pela soma de Capital Próprio e de Dívida Líquida.

Na tabela seguinte apresentamos a composição da estrutura de capital da Companhia considerando a análise vertical do passivo e patrimônio líquido:

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Em 31 de março de 2023		A.V.
(R\$ milhares, <i>exceto porcentagem</i>)		
Passivo Total	88.647.302	79,5%
Patrimônio Líquido	22.904.161	20,5%
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	111.551.463	100,0%

Em 31 de março de 2023, o Patrimônio Líquido da Companhia era de R\$ 22.904.161 mil, perfazendo uma relação com o Total de Passivo e Patrimônio Líquido de 20,5%.

Nossa Administração entende que a Raízen possui estrutura de capital adequada ao cumprimento de suas obrigações de curto e médio prazo.

c. capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

O índice de liquidez corrente da Raízen em 31 de março de 2023 era 105,9. Em 31 de março de 2023, a Raízen possuía um total de R\$ 29.454.938 mil de empréstimos e financiamentos

A Administração da Raízen informa que avaliou a habilidade das empresas operarem normalmente, considerando o perfil de endividamento da Raízen, composto por dívidas bancárias e financiamentos, o fluxo de caixa e as respectivas posições de liquidez da Raízen, e está convencida de que a Raízen possui liquidez e recursos de capital suficientes para cobrir os investimentos, despesas, dívidas e outros valores a serem pagos nos próximos anos para dar continuidade aos seus negócios, embora não possa garantir que tal situação permanecerá igual. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando.

Caso seja necessário contrair empréstimos para financiar os investimentos de ampliação da rede e aquisições, a Administração acredita que a Raízen possui capacidade financeira para honrá-los, considerando, inclusive, o relacionamento da Raízen com instituições financeiras de primeira linha lhe permite o acesso a linhas de créditos adicionais.

d. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

No exercício social encerrado em 31 de março de 2023, as principais fontes de financiamento da Raízen foram: (i) fluxo de caixa gerado por suas atividades operacionais; e (ii) endividamento de curto e longo prazos. Esses financiamentos são utilizados pela Raízen principalmente para cobrir custos, despesas e investimentos relacionados a: (i) operação de negócios, (i) desembolso de capital, inclusive para financiar planos de expansão, e (iii) exigências de pagamento de seu endividamento.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Acreditamos que as fontes de financiamento utilizadas pela Raízen são adequadas ao seu perfil de endividamento, atendendo às necessidades de capital de giro e investimentos, sempre preservando o perfil de longo prazo da dívida financeira e, conseqüentemente, a capacidade de pagamento da Raízen.

Para maiores informações veja o item 2.1(f)(i) deste Formulário de Referência, no qual estão descritas as principais linhas de financiamentos contraídas pela Companhia de acordo com as suas respectivas características.

e. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Na data deste Formulário de Referência, não vislumbramos necessidades de recursos que não possam ser suportadas com os recursos atuais ou futuros dos quais a Raízen pode dispor.

Caso sejam necessários recursos adicionais para cobertura de deficiência de liquidez no curto prazo, a Raízen pretende manter sua estratégia de financiamento com: (i) contratação de empréstimos e financiamentos junto a instituições financeiras; e (ii) captação de recursos, por meio de instrumentos de dívida ou emissão de ações, no mercado de capitais.

f. níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

i. contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Em 31 de março de 2023, a Raízen possuía uma Dívida Bruta (empréstimos e financiamentos) de R\$ 29.454.938 mil, dos quais R\$ 24.599.543 mil eram representados por empréstimos e financiamentos de longo prazo (não circulante) e R\$ 4.855.395 mil eram representados por empréstimos e financiamentos de curto prazo (circulante).

Em 31 de março de 2022, a Raízen possuía uma Dívida Bruta (empréstimos e financiamentos) de R\$ 22.274.276 mil, dos quais R\$ 20.709.616 mil eram representados por empréstimos e financiamentos de longo prazo (não circulante) e R\$ 1.565.260 mil eram representados por empréstimos e financiamentos de curto prazo (circulante).

A Dívida Bruta da Raízen aumentou R\$ 7.180.062 entre 31 de março de 2023 e 31 de março de 2022. Esse aumento é decorrente, principalmente, do aumento dos negócios da Companhia e expansão de suas atividades com (i) novas unidades de produção de Etanol de segunda geração; e (ii) investimentos de aumento de produtividade industrial e agrícola.

A tabela abaixo apresenta as principais características dos contratos de empréstimos e financiamentos em vigor em 31 de março de 2023:

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Finalidade	Venciment o final	Indexador	Taxa média anual efetiva de juros (1)		Consolidado (em milhares de Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)	
			2023	2022	2023	2022
Classificação das dívidas por moeda:						
Denominadas em Reais					13.178.849	8.667.568
Denominadas em moedas estrangeiras (Nota 27.d)					16.305.127	13.657.246
					29.483.976	22.324.814
Modalidade das dívidas (2):						
PPE	Mar/30	US\$ + Libor	4,92%	2,10 %	6.714.549	7.283.197
PPE	Mar/29	Pré-fixado	4,10%	2,56 %	3.833.982	1.338.946
PPE	Mai/27	SOFR	6,74%	- 5,30 %	253.010	-
Senior Notes Due 2027	Jan/27	US\$	5,30%	10,36 %	3.622.804	3.565.225
Certificado de Recebíveis do Agronegócio ("CRA")	Ago/37	IPCA	13,18 %	11,29 %	5.906.491	3.721.611
CRA	Jul/29	CDI	6,08 %	6,08 %	1.836.809	2.297.306
BNDES	Mar/24	URTJLP	7,45%	3,66 %	314	982
BNDES	Dez/30	Pré-fixado	4,20%	5,04 %	92.595	176.269
BNDES	Abr/24	UMBND	5,41%	11,72 %	5.785	14.315
BNDES	Dez/38	IPCA	9,23%	1,21 %	150.840	160.546
Adiantamentos de Contratos de Câmbio ("ACC")	-	Pré-fixado	-	11,26 %	-	189.843
Debêntures	Mar/32	IPCA + Juros	9,80%	2,00 %	2.432.079	1.170.895
Term Loan Agreement	Abr/24	US\$ + Libor	6,01%	13,42 %	1.014.572	957.484
Cédula de Produto Rural Financeira ("CPF- R")	Nov/29	CDI	15,74 %	1,82 %	1.052.373	1.037.064
Schuldschein	-	Euribor	-	5,00 %	-	318.931
Finep	-	Pré-fixado	-	6,70 %	-	22.069
Finame/Leasing	Jul/25	Pré-fixado	6,93%	16,51 %	13.657	27.358
Resolução 2471 (PESA)	Abr/23	IGP-M	5,01%	3,00 %	35.303	35.226
Resolução 2471 (PESA)	Out/25	Pré-fixado	3,00%	15,69 %	23	30
Notas de crédito de exportação ("NCE")	Jul/30	CDI	13,13 %	2,84 %	1.652.582	-
Capital de giro e outros	Mar/24	Pré-fixado	866.208 %	7.517 %	29.483.976	22.324.814
Despesas com colocação de títulos:						
CRA					(2.394)	(25.316)
CPR-F					(8.570)	(9.855)
Senior Notes Due 2027					(2.622)	(3.099)
BNDES					(1.198)	(1.653)
PPE					(6.598)	(10.015)
NCE					(7.656)	-
					(29.038)	(49.938)
Circulante					29.454.938	22.274.876
Não circulante					(4.855.395)	(1.565.260)
					24.599.543	20.709.616

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

- (1) A taxa de juros anual efetiva corresponde à taxa do contrato acrescida de *Libor* (*London InterBank Offered Rate*), *Euribor* (*European Interbank Offered Rate*), URTJLP, IGP-M, UMBND, IPCA e CDI, onde aplicável
- (2) Os empréstimos e financiamentos são, em geral, garantidos por notas promissórias da Raízen. Em alguns casos contam ainda com garantias reais como: (i) direitos creditórios provenientes dos contratos de comercialização de energia (BNDES); (ii) CTN e hipoteca de terras (PESA); (iii) ativo imobilizado; e, (iv) alienação fiduciária dos bens financiados (Finame/PESA).

Os pagamentos de juros dos empréstimos e financiamentos são classificados como fluxo de caixa das atividades de financiamento.

Em 31 de março de 2023, as parcelas vencíveis no longo prazo, deduzidas dos gastos com captação de recursos, apresentam o seguinte cronograma de vencimentos:

Vencimentos:	Consolidado
13 a 24 meses	4.837.670
25 a 36 meses	1.305.443
37 a 48 meses	5.410.090
49 a 60 meses	3.819.063
61 a 72 meses	4.280.241
73 a 84 meses	2.186.297
85 a 96 meses	1.015.843
A partir de 97 meses	1.744.896
Total	24.599.543

Em 31 de março de 2023, as linhas de créditos rotativos contratadas pela Companhia e não utilizadas até o término destas demonstrações financeiras anuais, são como segue:

Beneficiária	Instituição	Valor em US\$	Vencimento
Raízen Fuels	Sindicato de bancos	300.000	Abr/2024
Raízen Fuels	Sindicato de bancos	700.000	Dez/2026
Total		1.000.000	

ii. outras relações de longo prazo com instituições financeiras ‘

A Raízen e suas subsidiárias mantêm relações estreitas com as principais instituições financeiras do mercado brasileiro. A Administração esclarece ainda que as atuais relações de longo prazo com instituições financeiras têm suprido adequadamente as necessidades de financiamento na expansão de nossos negócios. Para o futuro, possíveis relações com instituições financeiras

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

poderão ser desenvolvidas em linha com as estratégias da Raízen.

iii. grau de subordinação entre as dívidas

Administração informa que não existe grau de subordinação contratual entre as dívidas quirografárias da Raízen. O grau de subordinação entre as dívidas da Raízen é determinado de acordo com as disposições da legislação em vigor. A Companhia ainda possui um contingente de endividamento que está assegurado com ativos reais, principalmente no que diz respeito ao endividamento com o BNDES.

iv. eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

A Raízen não está sujeita ao cumprimento de índices financeiros, estando sujeitos apenas a determinadas cláusulas restritivas existentes nos contratos de empréstimos e financiamentos, tais como “*cross-default*” e “*negative pledge*”.

g. limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

A maioria das dívidas da Companhia, ou de suas controladas, é destinada a propósitos específicos como, por exemplo, linhas de BNDES, emissões privadas nos mercados internacionais para refinanciamento de dívidas e linhas de curto prazo para o financiamento do capital de giro. Nesse sentido, em 31 de março de 2023, os valores decorrentes de financiamentos já haviam sido sacados em sua integralidade. Em adição, vale destacar que as linhas de crédito rotativo indicadas no item 2.1.f.i estão totalmente disponíveis e não foram sacadas até esta data.

h. alterações significativas em itens das demonstrações de resultado e de fluxo de caixa

Demonstração do Resultado

Exercício Social encerrado em 31 de março de 2023 comparado ao Exercício Social encerrado em 31 de março de 2022 para a Companhia

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

(Em milhares de R\$, exceto %)	Exercício Social encerrado em 31 de março de 2023				
	2023	AV	2022	AV	AH
Receita operacional líquida	245.831.790	100%	191.269.874	100%	29%
Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados	(230.564.083)	-94%	(179.570.862)	-94%	28%
Lucro bruto	15.267.707	6%	11.699.012	6%	31%
Receitas (despesas) operacionais					
Com vendas	(5.234.882)	-2%	(4.028.231)	-2%	30%
Gerais e administrativas	(2.553.864)	-1%	(1.959.624)	-1%	30%
Outras receitas operacionais, líquidas	737.472	0%	522.256	0%	41%
Resultado da equivalência patrimonial	(130.092)	0%	(63.050)	0%	106%
	(7.181.366)	-3%	(5.528.649)	-3%	30%
Lucro antes do resultado financeiro e do imposto sobre a renda e da contribuição social	8.086.341	3%	6.170.363	3%	31%
Resultado financeiro					
Despesas financeiras	(3.938.084)	-2%	(1.812.955)	-1%	117%
Receitas financeiras	819.660	0%	575.473	0%	42%
Variações cambiais, líquidas	(672.473)	0%	1.855.631	1%	-
Efeito líquido dos derivativos	(1.031.864)	0%	(2.586.660)	-1%	-60%
	(4.822.761)	-2%	(1.968.511)	-1%	145%
Lucro antes do imposto sobre a renda e da contribuição social	3.263.580	1%	4.201.852	2%	-22%
Imposto sobre a renda e contribuição social					25%
Corrente	(1.676.607)	-1%	(1.338.651)	-1%	25%
Diferido	916.353	0%	386.362	0%	137%
	(760.254)	0%	(952.289)	0%	-20%
Lucro líquido do exercício	2.503.326	1%	3.249.563	2%	-23%

Atribuível a:

Receita operacional líquida

A receita operacional líquida no exercício social encerrado em 31 de março de 2023 foi de R\$ 245.831.790 mil comparativamente a R\$ 191.269.874 mil no mesmo período de 2022, o que representou um aumento de R\$ 54.561.916 mil ou 29%. Este aumento é atribuído a: (i) operação

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

de reorganização societária que ensejou o controle acionário da Raízen Energia S.A. pela Raízen S.A. desde 1º de junho de 2021, (ii) à aquisição da Biosev S.A. em agosto de 2021, (iii) à aquisição da operação da Barcos y Rodados no Paraguai em novembro de 2021, e (iv) o aumento de volumes comercializados e de preços de açúcar e derivados do petróleo no mercado.

Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados

O custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados no exercício social encerrado em 31 de março de 2023 foi de R\$ 230.564.083 mil comparativamente a R\$ 179.570.862 mil no mesmo período de 2022, o que representou um aumento de R\$ 50.993.221 mil ou 28%. Este aumento é atribuído, substancialmente, à reorganização societária que ensejou o controle acionário da Raízen Energia S.A. pela Companhia, aquisição da Biosev S.A., aquisição da Barcos y Rodados no Paraguai e aumento do custo unitário de derivados do petróleo para revenda.

Lucro bruto

O lucro bruto no exercício social encerrado em 31 de março de 2023 foi de R\$ 15.267.707 mil comparativamente a R\$ 11.699.012 mil no mesmo período de 2022, o que representou uma variação de R\$ 3.568.695 mil ou 31%. Este aumento é atribuído substancialmente aos efeitos citados anteriormente, bem como ao aumento dos preços de açúcar e combustíveis derivados de petróleo no mercado e expansão das margens operacionais no segmento de Marketing & Services. O lucro bruto representou 6% da receita operacional líquida nos exercícios sociais encerrados em 31 de março de 2023 e 2022, respectivamente.

Receitas (despesas) operacionais

As receitas (despesas) operacionais no exercício social encerrado em 31 de março de 2023 representaram uma despesa de R\$ 7.181.366 mil comparativamente a uma despesa de R\$ 5.528.649 mil no mesmo período de 2022, o que representou um aumento de R\$ 1.652.717 mil ou 30%. Despesas operacionais representaram 3% da receita operacional líquida tanto no exercício social encerrado em 31 de março de 2023, quanto no exercício social encerrado em 31 de março de 2022.

Este aumento é atribuído, substancialmente, ao aumento das despesas com vendas, que representaram uma despesa de R\$ 5.234.882 mil no exercício social encerrado em 31 de março de 2023 comparativamente a uma despesa de R\$ 4.028.231 mil no mesmo período de 2022. Esta variação é devida, principalmente, ao aumento nos volumes de vendas da Companhia bem como aumento do preço de diesel, importante insumo no custo de fretes.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Com relação às despesas gerais e administrativas no exercício social encerrado em 31 de março de 2023 representaram uma despesa de R\$ 2.553.864 mil comparativamente a uma despesa de R\$ 1.959.624 mil no mesmo período de 2022, o que representou um aumento de R\$ 594.240 mil ou 30%. Este aumento é atribuído, substancialmente, às aquisições e reorganizações societárias promovidas pela companhia nesse período, bem como à inflação ocorrida no período e consequente impacto nas despesas com seu quadro de funcionários. Despesas gerais e administrativas representaram 1% da receita operacional líquida tanto no exercício social encerrado em 31 de março de 2023, quanto no exercício social encerrado em 31 de março de 2022.

Resultado financeiro

O resultado financeiro no exercício social encerrado em 31 de março de 2023 representou uma despesa financeira líquida de R\$ 4.822.761 mil comparativamente a uma despesa de R\$ 1.968.511 mil no mesmo período de 2022, o que representou um aumento de R\$ 2.854.250 mil ou 145%. Este aumento é atribuído, substancialmente, à reorganização societária que ensejou o controle acionário da Raízen Energia S.A. pela Companhia desde 1º de junho de 2021 e ao aumento da taxa SELIC no período em questão. O resultado financeiro representou 2% e 1% da receita operacional líquida nos exercícios sociais encerrados em 31 de março de 2023 e 2022, respectivamente

Lucro antes do imposto sobre a renda e contribuição social

O lucro antes do imposto sobre a renda e contribuição social no exercício social encerrado em 31 de março de 2023 foi de R\$ 3.263.580 mil comparativamente a R\$ 4.201.852 mil no mesmo período de 2022, o que representou uma redução de R\$ 938.272 mil ou 22%. Essa redução é atribuída substancialmente aos fatores já explicados nos itens anteriores. O lucro antes do imposto sobre a renda e contribuição social representaram 1% da receita operacional líquida no exercício social encerrado em 31 de março de 2023 e 2% no exercício social encerrado em 31 de março de 2022.

Imposto sobre a renda e contribuição social

Imposto sobre a renda e contribuição social no exercício social encerrado em 31 de março de 2023 representou uma despesa de R\$ 760.254 mil comparativamente a uma despesa de R\$ 952.289 mil no mesmo período de 2022, o que representou uma variação de R\$ 192.035 mil ou 20%. Imposto sobre a renda e contribuição social representaram 0,3% da receita operacional líquida tanto no exercício social encerrado em 31 de março de 2023 e 0,5% no exercício social encerrado em 31 de março de 2022. Esta redução é atribuída substancialmente a redução do lucro antes do imposto sobre a renda e contribuição social, conforme descrito nos itens anteriores.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Lucro líquido do exercício

O lucro líquido do exercício encerrado em 31 de março de 2023 foi de R\$ 2.503.326 mil comparativamente a R\$ 3.249.563 mil no mesmo período de 2022, o que representou uma redução de R\$ 746.237 mil ou 23%. Esta redução é atribuída, substancialmente aos fatores já explicados nos itens anteriores. O lucro líquido do exercício representou 1% e 2% da receita operacional líquida nos exercícios sociais encerrados em 31 de março de 2023 e 2022, respectivamente.

Demonstração dos fluxos de caixa – Método indireto

Exercício Social encerrado em 31 de março de 2023 comparado ao Exercício Social encerrado em 31 de março de 2022 para a Companhia:

(em R\$ milhares)	Exercícios sociais encerrados em	
	31/03/2023	31/03/2022
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	13.056.274	13.913.960
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	(11.419.039)	(8.186.805)
Caixa líquido gerado (utilizado) nas atividades de financiamento	(1.332.632)	451.178
Acréscimo (Decréscimo) de caixa e equivalentes de caixa	304.603	6.178.333
<i>Efeito da variação cambial sobre o caixa e equivalentes de caixa</i>	<i>194.225</i>	<i>(548.544)</i>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	8.234.568	2.604.779
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	8.733.396	8.234.568

Caixa líquido gerado nas atividades operacionais

O fluxo de caixa nas atividades operacionais totalizou R\$ 13.056 milhões no exercício encerrado em 31 de março de 2023, comparado a R\$ 13.914 milhões no exercício encerrado em 31 de março de 2022. As principais variações que explicam essa redução de R\$ 858 milhões, ou 6%, é a redução de Lucro Líquido em 2023 devido a impactos da parada para manutenção na

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

refinaria Argentina e quebra de safra no Brasil (e consequente menor disponibilidade de produto próprio para venda) devido a impactos meteorológicos no ano safra.

Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento

O caixa líquido utilizado nas atividades de investimento totalizou R\$ 11.419 milhões no exercício social encerrado em 31 de março de 2023, comparado a uma utilização de R\$ 8.187 milhões no exercício social encerrado em 31 de março de 2022. Esse aumento de R\$ 3.232 milhões ou 39%, é justificada pelo (i) avanço execução de construção de plantas de E2G; (ii) ampliação de parque de bioenergia (Projeto Barra Mansa 1 – Paraguaçu); (iii) construção de plantas de geração e distribuição de energia solar dentre outros.

Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento

O caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento totalizou uma utilização de (R\$ 1.333) milhões no exercício social encerrado em 31 de março de 2023, comparado a uma geração de R\$ 451 milhões no exercício social encerrado em 31 de março de 2022. Esse maior consumo de caixa de (R\$ 1.784) milhões, ou aumento de 395% é justificado por maior pagamento de juros devido ao aumento da taxa básica de juros Selic.

2.2 Resultados operacional e financeiro

2.2. Os diretores devem comentar:

a. resultados das operações do emissor, em especial:

i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita

Para uma discussão detalhada das principais variações percebidas nos resultados da Companhia, vide item 2.1(h) do Formulário de Referência.

Nossa receita é composta principalmente pelos seguintes itens:

- Receita Operacional Líquida

A Companhia apresenta a receita operacional líquida após a dedução dos impostos federais e estaduais brasileiros incidentes sobre as vendas brutas (ICMS, PIS, COFINS), IPI (imposto federal sobre valor agregado incidente sobre as vendas brutas da Companhia no mercado brasileiro a taxas que variam por produto), além de impostos sobre a venda de produtos na Argentina e Paraguai. O detalhamento por produto da receita operacional líquida é como segue:

Consolidado	Exercício social
	encerrado em
	31 de março de 2023
Em R\$ milhares	
Diesel	114.725.929
Gasolina	62.684.280
Etanol	32.793.468
Jet	7.250.260
Açúcar	29.202.441
Energia	3.788.560
Outros	(4.613.148)
Total de Receita Operacional Líquida	245.831.790

- Estrutura de custos e despesas por natureza

A estrutura de custos e despesas por natureza pode ser dividida em: custos que estão ligados aos preços de produtos da Companhia e custos que não estão ligados aos preços desses produtos.

Os custos e despesas são demonstrados no resultado por natureza. A reconciliação do resultado

2.2 Resultados operacional e financeiro

da Companhia por natureza para o exercício social encerrado em 31 de março de 2023 está detalhada como segue:

Em R\$ milhares	Consolidado
	2023
Combustíveis para revendas, matéria-prima, custos de coletas e transferências	(217.228.157)
Fretes	(1.245.464)
Depreciação e amortização	(8.653.478)
Despesas com pessoal	(3.692.551)
Corte, carregamento e transporte	(1.616.532)
Mudança no valor justo dos ativos biológicos, líquida de realização	(188.809)
Despesas comerciais	(1.199.800)
Mão-de-obra contratada	(596.408)
Despesas de logística	(535.312)
Outros	(3.396.318)
Total de custos e despesas por natureza	(238.352.829)

ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

A Administração entende que, além dos fatores descritos nos itens 1.2, 4.1 e 4.3 deste Formulário de Referência, os resultados operacionais da Companhia foram influenciados e continuarão a ser influenciados pelos seguintes fatores-chave:

Ambiente Econômico Brasileiro

A economia brasileira tem sido historicamente caracterizada por variações significativas no crescimento econômico, inflação e taxas de câmbio. Os resultados operacionais e situação financeira da Companhia são influenciados por esses fatores e pelo efeito que esses fatores têm sobre as taxas de desemprego, a disponibilidade de crédito e os salários médios no Brasil. A tabela a seguir apresenta as taxas de inflação, taxas de juros e taxas de câmbio brasileiras para os períodos indicados:

2.2 Resultados operacional e financeiro

	Exercício social encerrado em 31 de março de 2023
Crescimento do PIB ⁽¹⁾	2,9%
Inflação (IGP-M)	0,17%
Inflação (IPCA) ⁽²⁾	4,6%
Taxa interbancária– CDI (média) ⁽³⁾	13,29%
Taxa de câmbio ao final do período por cada U.S.\$1.00.....	5,08
Taxa de câmbio média por cada U.S.\$1.00	5,15
Apreciação (depreciação) do real em relação ao dólar estadunidense ⁽⁴⁾	7,2%

Fontes : IBGE, Banco Central , B3 e FGV.

⁽¹⁾ O IPCA é um índice de preços ao consumidor calculado pelo IBGE.

⁽²⁾ CDI refere-se à média das taxas de empréstimo interbancário overnight no Brasil.

⁽³⁾ A taxa de juros de longo prazo brasileira, ou "TJLP", é a taxa aplicável aos empréstimos de longo prazo do BNDES.

⁽⁴⁾ Comparando a taxa de câmbio PTAX (taxa calculada pelo Banco Central) no final do último dia do período com o dia imediatamente anterior ao primeiro dia do período discutido, PTAX é a taxa de câmbio calculada no final de cada dia pelo Banco Central. É a taxa média de todos os negócios realizados em dólares estadunidenses na data determinada no mercado de câmbio interbancário.

Qualquer deterioração na taxa de crescimento econômico, ou mudanças nas taxas de juros, na taxa de desemprego ou nos níveis de preços geralmente no Brasil e em qualquer um dos mercados em que operamos, pode limitar a disponibilidade de crédito, renda e poder de compra de nossos clientes, afetando assim adversamente a demanda por nossos produtos.

Etanol e Açúcar

Os 2 principais derivados de cana-de-açúcar produzidos pelo Grupo Raízen — etanol e açúcar - são afetados pelos preços domésticos brasileiros e internacionais, pela concorrência, pelas políticas governamentais e pela demanda do mercado. Em particular, o etanol como combustível alternativo ou aditivo à gasolina, sofre influência no mercado doméstico por seu preço relativo ao preço da Gasolina. Para mais informações, o item 1.2. deste Formulário de Referência detalha a dinâmica de preços do mercado de combustíveis.

O preço do etanol que o Grupo Raízen vende no Brasil é fixado de acordo com os preços de mercado, utilizando como referência índices semanais publicados pela Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz - ESALQ e pela B3. Os preços do etanol e do açúcar que o Grupo Raízen exporta são estabelecidos com base nos preços do mercado internacional, incluindo o contrato futuro lançado pela Bolsa de Mercadorias e Futuros de Nova York. Os preços do álcool industrial comercializado pelo Grupo Raízen também são estabelecidos com base nos preços de mercado e têm sido historicamente maiores que os preços de mercado do etanol.

2.2 Resultados operacional e financeiro

Demanda por Combustíveis

A demanda por gasolina, etanol e diesel é suscetível à volatilidade relacionada ao nível de atividade econômica no Brasil, na Argentina e o Paraguai, e poderá flutuar dependendo do desempenho de certas indústrias. A Administração entende que uma diminuição na atividade econômica poderá afetar negativamente a demanda por combustíveis.

Flutuações da moeda

Uma proporção significativa das vendas de açúcar do Grupo Raízen é realizada em dólares estadunidenses. Portanto, uma depreciação do real em relação ao dólar estadunidense teria o efeito de aumentar a receita das vendas de açúcar do Grupo Raízen. Por exemplo, os resultados da Grupo Raízen para o ano encerrado em 31 de março de 2023 foram negativamente influenciados pela apreciação do real durante o período (a taxa de câmbio média real/dólar estadunidense durante o ano encerrado em 31 de março de 2023 foi de R\$ 5,15 por US\$ 1,00, comparado a R\$ 5,34 por US\$ 1,00 durante o ano encerrado em 31 de março de 2022). Uma desvalorização do real em relação ao dólar estadunidense teria o efeito oposto.

Uma proporção significativa da dívida da Raízen está atrelada à cotação do dólar estadunidense. Logo, uma depreciação do real em relação ao dólar estadunidense aumentaria a carga da dívida e despesas financeiras relacionadas da Raízen. Entretanto, a Raízen tem contas a receber e outros ativos financeiros baseados em dólares estadunidenses, o que compensaria parcialmente o impacto que uma depreciação do real teria sobre a posição financeira da Raízen. Uma valorização do real em relação ao dólar estadunidense teria o efeito oposto.

A fim de mitigar os efeitos de uma flutuação potencial do dólar estadunidense, a Raízen opera sob rigorosas políticas de gerenciamento de risco, que incluem um Comitê de Risco que se reúne semanalmente para discutir e monitorar os preços do açúcar, exposições cambiais, as posições de *hedge* da Raízen, chamadas de margem (*cash at risk*), risco de contraparte e cenários de estresse.

Sazonalidade

A Raízen está sujeita a tendências sazonais baseadas no ciclo de cultivo da cana-de-açúcar na região Centro-Sul do Brasil. O período anual de colheita da cana-de-açúcar na região Centro-Sul do Brasil começa em abril / maio e termina em novembro / dezembro. Isto cria variações no estoque, que normalmente é alto em novembro devido à dinâmica da colheita e um grau de sazonalidade no lucro bruto das vendas de etanol e açúcar, e é significativamente menor no

2.2 Resultados operacional e financeiro

trimestre que termina em 31 de março.

Nenhum dos outros segmentos comerciais da Raízen está sujeito a tendências sazonais significativas.

Inflação

A taxa de inflação atingiu um nível de 11,3% para o período de 12 meses encerrado em 31 de março de 2022 e 4,6% para o período encerrado em 31 de março de 2023.

A inflação afeta o desempenho financeiro da Companhia ao aumentar algumas das despesas operacionais baseadas em reais (e não ligadas ao dólar estadunidense). Essas despesas operacionais incluem custos trabalhistas, arrendamentos e despesas administrativas gerais e de venda. Entretanto, a inflação não teve um impacto material nos negócios da Companhia durante os períodos apresentados.

Outros Fatores

A Administração entende que os outros fatores que podem impactar os resultados operacionais da Raízen incluem:

- Transações de hedge;
- barreiras comerciais nos Estados Unidos, Europa e outros mercados que atualmente limitam o acesso à sua indústria açucareira interna através de cotas, subsídios e restrições às importações;
- a evolução do uso de derivados de etanol como alternativa aos derivados de petróleo e como combustível de queima mais limpa, derivado de fontes renováveis;
- as mudanças nos preços internacionais do petróleo (baseados em dólares estadunidenses) e as mudanças relacionadas nos preços domésticos do petróleo (denominados em reais);
- a taxa de crescimento da economia global e seu consequente crescimento no consumo mundial de combustíveis;
- desenvolvimentos com respeito à pandemia da COVID-19 no Brasil e no mundo (ver também "Fatores de Risco - Nossos negócios, operações e resultados podem ser afetados adversamente pelo surto do coronavírus (causador da COVID-19) e as consequentes paralisações em escala global."); e
- as políticas fiscais adotadas pelos governos federal e estaduais brasileiros (incluindo incentivos fiscais dos quais a Raízen se beneficia), e a obrigação fiscal resultante.

2.2 Resultados operacional e financeiro

b. variações relevantes das receitas atribuíveis a introdução de novos produtos e serviços, alterações de volumes e modificações de preços, taxas de câmbio e inflação

Os Diretores da Raízen afirmam que a receita operacional líquida da Companhia sofre direta influência dos preços internacionais do petróleo e seus derivados, do açúcar e do etanol.

No exercício social encerrado em 31 de março de 2023, o preço médio do barril de petróleo do tipo Brent foi de US\$ 95/barril, uma variação de 19% versus o ano anterior. Esse movimento do petróleo influenciou diretamente seus derivados, como por exemplo, a Gasolina RBOB. A Cotação da RBOB terminou o ano safra com média de US\$ 284/galão, 20% acima do ano anterior.

No segmento de Açúcar e Renováveis, o Açúcar teve também alta destacada com aumento de 5% na comparação anual, alcançando preço médio na safra 22'23 de US\$ 19,5 cts/lb. O Etanol anidro, por sua vez, atingiu o preço médio de R\$ 3.244/m³ representando uma queda de 9% em relação ao preço médio da safra 21'22.

Commodity	Unidade	Abr/21 a Mar/22	Abr/22 a Mar/23
Oil - Brent	USD/bbl	80	95
Gasoline - RBOB	USD/gal.	236	284
Sugar - NY#11	USD cts/lb	18,5	19,5
Etanol Anidro - Esalq	R\$/m³	3.583	3.244

c. impactos relevantes da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

Conforme exposto no item 2.2.a acima, uma proporção significativa das vendas de açúcar da Companhia é realizada em dólares estadunidenses. A estratégia de proteção cambial da Companhia visa mitigar as flutuações de curto e médio prazo, aumentando a previsibilidade de resultado de curto e médio prazo. No entanto, os efeitos do câmbio impactam a formação de preço de *commodities* negociadas pela Companhia.

Uma proporção significativa da dívida da Companhia está atrelada à cotação do dólar estadunidense. Logo, a depreciação do real em relação ao dólar estadunidense aumenta a carga da dívida e despesas financeiras relacionadas da Companhia. Entretanto, a Companhia tem política ativa de *hedge* que, conjuntamente com contas a receber e outros ativos financeiros baseados em dólares estadunidenses, compensaria significativamente o impacto que uma depreciação do real teria sobre a posição financeira da Companhia.

A inflação, conforme disposto no item 2.2.b acima, afeta o desempenho financeiro da Companhia

2.2 Resultados operacional e financeiro

ao aumentar algumas das despesas operacionais baseadas em reais (e não ligadas ao dólar estadunidense). Essas despesas operacionais incluem custos trabalhistas, arrendamentos e despesas administrativas gerais e de venda. Não obstante, a inflação não teve um impacto material nos negócios da Companhia durante os períodos apresentados.

De um modo geral, a variação de preço dos principais insumos e produtos comercializados e distribuídos pela Companhia é repassado aos seus consumidores finais, impactando a receita da Companhia. Nesse sentido, as variações demonstradas no item 2.2b acima, de derivados de petróleo, influenciam tanto os preços de venda quanto os de aquisição de matérias primas para revenda no segmento de Marketing & Serviços. As principais taxas indexadoras aplicáveis aos nossos negócios no exercício social encerrado em 31 de março de 2023 são o CDI e IGP-M.

2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

2.3. Os diretores devem comentar:

a. mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a Lei das Sociedades por Ações, as normas da CVM e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade ("IFRS") emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB").

As demonstrações financeiras consolidadas do balanço patrimonial, demonstrações do resultado, do resultado abrangente, dos fluxos de caixa, da mutação do patrimônio líquido e do valor adicionado, bem como as correspondentes notas explicativas relativas ao exercício findo em 31 de março de 2023 não são comparativas com as respectivas demonstrações financeiras consolidadas anuais de 31 de março de 2022, substancialmente em razão da reorganização societária mediante aumento de capital com a totalidade de ações da Raízen Energia S.A. ocorrida em 1º de junho de 2021, realizada pelas acionistas Shell e Cosan, e mencionada na nota explicativa 1 das referidas demonstrações financeiras e ainda, pelas aquisições da Biosev, da rede de distribuição de combustíveis no Paraguai da Barcos & Rodados S.A., do Grupo Gera, da Neolubes Indústria de Lubrificantes Ltda. e da Payly Holding Ltda. e sua controlada Payly Instituições de Pagamento S.A. concluídas em 10 de agosto de 2021, 1º de novembro de 2021, 5 de janeiro de 2022, 1º de maio de 2022 e 1º de outubro de 2022 respectivamente, detalhadas nas notas explicativas 01 e 30 de tais demonstrações financeiras.

As políticas contábeis têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nas demonstrações financeiras, e têm sido aplicadas de maneira consistente pela Companhia.

Não tivemos nos exercícios encerrados em 31 de março de 2021, 2022 e 2023 mudanças nas práticas contábeis da Companhia, por alterações dos pronunciamentos técnicos vigentes no país e aplicáveis à Companhia e suas controladas.

b. opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor

O relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras da Companhia nos exercícios sociais findos em 31 de março de 2021, 2022 e 2023 foram emitidos em 29 de maio de 2021, 13 de maio de 2022 e 12 de maio de 2023, respectivamente, sem ressalvas nem ênfases.

2.4 Efeitos relevantes nas DFs

2.4. Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

a. introdução ou alienação de segmento operacional

Não houve nos exercícios sociais findos em 31 de março de 2021, 2022 e 2023, a introdução ou alienação de qualquer segmento operacional da Companhia que se caracterize como alienação ou introdução de unidade geradora de caixa. No entanto, em 2021 a Companhia se reorganizou para direcionar o foco de suas operações como uma empresa integrada de energia proveniente de fontes renováveis, neste contexto, os principais tomadores de decisões operacionais passaram a considerar a perspectiva de atividades de negócio, resultando em três segmentos operacionais: (i) Açúcar, (ii) Renováveis e (iii) Marketing e serviços. Também em 17 de outubro de 2022, a Companhia comunicou seus acionistas e mercado em geral que, está criando a Unidade de Serviços Financeiros Raízen ("Unidade"), através da aquisição da Payly, empresas controladas pela acionista Cosan.

A aquisição da Payly e criação desta Unidade proporcionará à Companhia: (i) oferta de conveniência e fidelidade ao cliente final e parceiros, através dos canais e plataformas comerciais; (ii) inteligência de dados proprietários e (iii) fomento mercantil e captação de recursos de terceiros, potencializando valor na cadeia de negócios da Raízen.

b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Durante os exercícios findos em 31 de março 2021, 2022 e 2023, a Companhia e suas controladas passaram pelas seguintes reestruturações internas e combinações de negócios: i) Venda parcial dos investimentos da Raízen Conveniências Ltda.; ii) Aquisição da Biosev S.A..; iii) Aquisição da Barcos & Rodados S.A.; iv) Aquisição do Grupo Gera; v) Aquisição da Neolubes Indústria de Lubrificantes Ltda.; vi) Aquisição da Payly Holding Ltda. e sua controlada Payly Instituições de Pagamento S.A.; e viii) Aquisição de 100% da participação societária da Raízen Energia S.A. a partir da reorganização societária do Grupo e contribuição realizada diretamente pelos acionistas.

c. eventos ou operações não usuais

Não houve, durante o exercício social findo em 31 de março de 2023, quaisquer eventos ou operações não usuais com relação à Companhia ou suas atividades que tenham causado ou se espera que venham causar efeito relevante nas demonstrações financeiras ou resultados da Companhia.

2.5 Medições não contábeis

2.5. Caso o emissor tenha divulgado, no decorrer do último exercício social, ou deseje divulgar neste formulário medições não contábeis, como Lajida (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) ou Lajir (lucro antes de juros e imposto de renda), o emissor deve:

Exceto quando justificado, os valores aqui apresentados estão expressos em milhares de reais (R\$) e foram extraídos das demonstrações financeiras consolidadas da Raízen S.A. referentes ao exercício social encerrado em 31 de março de 2023 são de responsabilidade da Administração.

a. informar o valor das medições não contábeis

A administração da Companhia entende que as medições não contábeis apresentadas abaixo representam as especificidades do negócio e são medições úteis para o entendimento de seus negócios e de sua geração de caixa, sendo estas medidas não contábeis, inclusive, utilizadas por sua administração para avaliação do desempenho da Companhia.

EBITDA

O EBITDA, *Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization* (ou Lucros Antes de Juros, Impostos sobre Renda incluindo Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, Depreciações e Amortizações – LAJIDA) - “EBITDA”, é uma medição não contábil elaborada pela Companhia em consonância com a Resolução CVM 156, de 23 de junho de 2022, conciliada com suas demonstrações financeiras e representa o lucro líquido do exercício adicionando resultado financeiro, imposto de renda e contribuição social corrente e diferido e depreciação e amortização da Companhia.

MARGEM EBITDA

A Margem EBITDA é calculada pela divisão do EBITDA, definido nesta seção, pela Receita Operacional Líquida. A medida visa estimar o valor percentual (%) da receita operacional líquida que é convertido em EBITDA.

O EBITDA e Margem EBITDA não são medidas reconhecidas pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil nem pelas normas internacionais de relatório financeiro - *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), não representam o fluxo de caixa para os períodos apresentados e não devem ser considerados como base para distribuição de dividendos, como substitutos para o lucro líquido, ou como indicadores do desempenho operacional. Embora o EBITDA possua um significado padrão, nos termos do artigo 3º, inciso I, da Resolução CVM 156, a Companhia não pode garantir que outras companhias, inclusive companhias fechadas, adotarão esse significado padrão. Nesse sentido,

2.5 Medições não contábeis

caso o significado padrão instituído pela Resolução CVM 156 não seja adotado por outras companhias, o EBITDA divulgado pela Companhia pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias.

A Companhia utiliza o EBITDA e a Margem EBITDA como medidas de performance para efeito gerencial e para comparação com empresas similares.

EBITDA Ajustado

O “EBITDA Ajustado” é uma medição não contábil que a Companhia entende como mais apropriada para melhor entendimento da capacidade recorrente de gerar resultado operacional. O EBITDA Ajustado é calculado a partir do EBITDA, com exclusão de: (i) resultado nas vendas de ativos; (ii) ganhos ou perdas decorrentes de mudanças no valor justo do ativo biológico, dado que é um efeito puramente contábil e não caixa; (iii) ativos decorrentes de contratos com clientes; (iv) ajuste referente à norma do IFRS16; e (v) Outros efeitos pontuais que são ganhos ou perdas materiais. Os itens que conformam o cálculo do EBITDA estão devidamente comentados na tabela na próxima sessão “b) Conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras”.

O EBITDA Ajustado não é medida de desempenho financeiro elaboradas segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil (“BRGAAP”), nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – *Internacional Financial Reporting Standards* (“IFRS”), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”), e tampouco devem ser considerados como alternativas ao lucro (prejuízo) líquido, indicadores do desempenho operacional, alternativas aos fluxos de caixa ou como indicadores de liquidez.

EBIT

O EBIT – “*Earnings Before Interest and Taxes*” (Lucros Antes de Juros e Impostos sobre Renda incluindo Contribuição Social sobre o Lucro Líquido) é uma medição não contábil calculado como o Lucro Líquido, deduzido de Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente e diferido e do Resultado Financeiro. Tem o mesmo valor de Lucro Operacional e é aplicado no cálculo de ROACE.

O EBIT não é uma medida de resultado em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil nem pelo IFRS emitido pelo IASB. Outras empresas podem calcular o EBIT de maneira diferente da Companhia.

Dívida Bruta e Dívida Líquida

A Dívida Bruta e a Dívida Líquida não são medidas reconhecidas pelas Práticas Contábeis

2.5 Medições não contábeis

Adotadas no Brasil nem pelo *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (IASB). Essas medidas apresentam limitações que podem prejudicar a sua utilização como medida de liquidez e não possuem um significado padrão e podem não ser comparáveis a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. A Companhia utiliza a Dívida Bruta e a Dívida Líquida como medidas de liquidez para efeito gerencial e para comparação com empresas similares.

A Dívida Bruta denominada nesse documento se refere aos Empréstimos e Financiamentos (circulante e não circulante). A Dívida Líquida é calculada como a Dívida Bruta deduzida de: (i) Caixa e equivalentes de caixa; (ii) Títulos e valores mobiliários; (iii) Aplicações financeiras vinculadas à dívida; (iv) Certificados do Tesouro Nacional CTN; e (v) swaps de taxa de câmbio, de juros e derivativos de proteção da dívida.

Dívida Líquida excluindo PESA e CTN

A Dívida Líquida excluindo PESA e CTN denominada nesse documento se refere a Dívida Líquida excluindo os efeitos dos saldos de PESA ("Programa Especial de Saneamento de Ativos") e respectivos CTNs ("Certificados do Tesouro Nacional") vinculados, que são relacionados à renegociação de dívidas agrícolas estabelecida em 1998 pela Resolução do Conselho Monetário Nacional (CMN) no. 2471. Essa exclusão é realizada uma vez que esses instrumentos não fazem parte do escopo de planejamento e gestão do endividamento líquido da Companhia.

Dívida líquida excluindo PESA e CTN / EBITDA Ajustado

A Dívida Líquida excluindo PESA e CTN EBITDA Ajustado não é medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil nem pelo *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (IASB). Essa medida apresenta limitações que podem prejudicar a sua utilização como medida de liquidez e não possuem um significado padrão e podem não ser comparáveis a medida com título semelhante fornecidos por outras companhias. A Companhia utiliza esta medição de alavancagem como medidas de liquidez para efeito gerencial e para comparação com empresas similares.

Esta medida, é representada pelo cálculo da divisão da Dívida Líquida excluindo PESA e CTN pelo EBITDA Ajustado, sendo amplamente usada pelo mercado que busca representar a proporção entre as duas variáveis, ou seja, a relação entre sua Dívida Líquida e seu resultado operacional recorrente representado pelo EBITDA Ajustado.

Índice de alavancagem financeira

Índice que refere para a relação de Dívida Líquida, em relação ao total de Capital Próprio somado

2.5 Medições não contábeis

à Dívida Líquida. A Dívida Líquida é definida neste item 2.5. O Capital Próprio considera a totalidade do Patrimônio Líquido. O índice é calculado como indicado abaixo:

Dívida Líquida

Capital Próprio + Dívida Líquida

EBITDA Ajustado por Segmentos – Renováveis, Açúcar e Marketing & Serviços

A Companhia reporta os resultados gerenciais para o mercado financeiro de forma a refletir seus produtos vendidos e serviços prestados, com o objetivo de aprimorar e ampliar o entendimento da forma como a Raízen captura valor em toda a cadeia de atuação. A soma dos valores agrupados como Renováveis, Açúcar e Marketing & Serviços podem não corresponder às informações apresentadas em “Grupo Raízen” ou nas visões “Raízen Energia” e “Raízen”, pois existem ajustes e eliminações entre os segmentos do novo agrupamento.

Para entendimento detalhado dos segmentos, sua estratégia e dinâmica dos mercados, observar o Item 2.2 deste Formulário de Referência.

Dívida Líquida sobre Patrimônio Líquido

Essa métrica, calculada pela divisão entre Dívida Líquida e o Patrimônio Líquido, busca informar o leitor sobre a proporção do uso de capital de terceiros e o capital próprio.

b. fazer as conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

A tabela abaixo apresenta a reconciliação do lucro líquido para o EBITDA e Margem EBITDA apresentada pela Companhia no último exercício sociais

Em milhares de reais (R\$)	Consolidado
	2023
Lucro Líquido	2.503.326
Depreciação e Amortização	8.653.478
Resultado Financeiro	4.822.761
Imposto de Renda e Contribuição Social	760.254
EBITDA	16.739.819

2.5 Medições não contábeis

A tabela abaixo apresenta a reconciliação do EBITDA para o EBITDA Ajustado apresentado pela Companhia no último exercício social:

Em milhares de reais (R\$)	Consolidado
	2023
EBITDA	16.739.819
IFRS 16	(3.020.600)
Ativo Biológico	188.700
IFRS 15	615.500
Outros	762.081
EBITDA Ajustado	15.285.500

Na tabela a seguir, está demonstrada a reconciliação do EBITDA Ajustado da Companhia pelos segmentos de negócio do exercício social encerrado em 31 de março de 2023:

Em milhares de reais (R\$)	Renováveis	Açúcar	Marketing & Serviços	Corporação, Ajustes e Eliminações	Consolidado Raízen
	2023	2023	2023	2023	2023
EBITDA	5.920.700	3.752.100	7.108.500	-41.481	16.739.819
IFRS 16	(1.366.600)	(1.338.900)	0		(3.020.600)
Ativo Biológico	89.300	99.500	0		188.700
IFRS 15	0	0	615.500		615.500
Outros	78.900	0	(113.900)	481.400	762.081
EBITDA Ajustado	4.722.300	2.512.700	7.610.100	440.400	15.285.500

2.5 Medições não contábeis

Na tabela abaixo, incluímos a reconciliação dos números do EBIT para o exercício social encerrado em março de 2023:

	Consolidado
Em milhares de reais (R\$)	2023
EBITDA	16.739.819
Depreciação e Amortização	(8.653.259)
EBIT	8.086.619

Abaixo, segue a reconciliação da Dívida Bruta com a Dívida Líquida:

	Consolidado
Em milhares de reais (R\$)	2023
Dívida Bruta	29.454.938
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(8.733.396)
(-) Títulos e valores mobiliários	(176.529)
(-) Aplicações financeiras vinculadas a financiamentos	(1.651)
(-) Certificados do Tesouro Nacional – CTN	(34.940)
(-) Swaps de taxa de câmbio, de juros e outros derivativos	(147.303)
Dívida Líquida	20.361.119

Abaixo, segue a reconciliação da Dívida Líquida sobre o Patrimônio Líquido:

	Consolidado
Em milhares de reais (R\$)	2023
Dívida Líquida	20.361.119
Capital próprio	22.904.161
Total de Dívida Líquida e Capital Próprio	43.265.280

2.5 Medições não contábeis

Abaixo, segue a reconciliação do Índice de Alavancagem Financeira:

	Consolidado
Em milhares de reais (R\$)	2023
Dívida Líquida	20.361.119
Total de Dívida Líquida e Capital Próprio	43.265.280
Índice de alavancagem financeira	47,1%

Abaixo, segue a reconciliação da Dívida Líquida excluindo PESA e CTN / EBITDA Ajustado:

	Consolidado
Em milhares de reais (R\$)	2023
Dívida Líquida	20.361.119
EBITDA Ajustado	15.285.500
Alavancagem	1,3

c. explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

Resultado das operações da Companhia:

A Administração da Companhia acredita que o EBITDA fornece medidas úteis de seu desempenho, amplamente utilizada por investidores e analistas. A Companhia utiliza o EBITDA como medida de desempenho para efeito gerencial e comparativo com empresas similares. Em adicional, é importante mencionar que o EBITDA pode diferir da definição utilizada por outras companhias e não deve ser utilizado em substituição às informações das Demonstrações Financeiras. O EBITDA não é uma medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil nem pelo IFRS, não deve ser considerado como base para distribuição de dividendos e não deve ser utilizado como substituto para o lucro líquido e fluxo de caixa operacional.

Por não ser considerado no cálculo variáveis específicas de determinados países ou regiões, como taxas de juros, regras de depreciação e diferenças tributárias, o EBITDA é um indicador

2.5 Medições não contábeis

de desempenho econômico geral e sua utilização permite que a Companhia não analise apenas o Lucro ou Prejuízo, que, muitas vezes, é insuficiente para avaliar o desempenho da Companhia, uma vez que este é frequentemente influenciado por fatores não operacionais, tais como imposto sobre a renda, juros, entre outros.

A Administração acredita que o EBITDA permite uma melhor compreensão da capacidade da Companhia de cumprir com suas obrigações passivas e obter recursos para capital de giro. No entanto, o EBITDA apresenta limitações que prejudicam a sua utilização como medida de liquidez da Companhia por não considerar determinados custos decorrentes de seus negócios, que poderiam afetar de maneira significativa o lucro, como o montante de reinvestimento necessário para a manutenção operacional. Com isso, o indicador deve ser utilizado em conjunto com outras medições contábeis para que seja interpretado de forma mais ampla. Já com relação à Margem EBITDA, a Companhia entende ser apropriado utilizá-la por se tratar de medida de performance para efeito gerencial e para comparação com empresas similares.

O “EBITDA Ajustado” é uma medição não contábil que a Companhia entende como mais apropriada para melhor entendimento da capacidade recorrente de gerar resultados a partir de seus ativos operacionais. Uma vez que são corrigidas distorções de receitas e despesas não recorrentes, o leitor tem uma visão mais assertiva sobre resultado das atividades principais do negócio.

O “EBITDA Ajustado” por segmento é uma medição não contábil que a Companhia entende como apropriada para o entendimento da forma como a Companhia captura valor em toda a cadeia de atuação. Dada a complexidade devido ao portfólio de produtos e à sua plataforma integrada de logística e trading, tal agrupamento auxilia a compreensão dos resultados da Companhia, que atua como uma empresa integrada de energia.

O “EBIT” é uma medição não contábil que a Companhia acredita que suplementa análises de desempenho e resultado, além de ser utilizada para cálculo de indicadores financeiros, como o “ROACE”.

As métricas de endividamento apresentadas no documento, como Dívida Bruta, Dívida Líquida, Múltiplo de Dívida Líquida /EBITDA Ajustado, Dívida Líquida/Patrimônio Líquido e Índice de Alavancagem Financeiro, visam dar ao leitor do documento uma visão abrangente sobre alavancagem e a alocação de capital pela Companhia. São medidas complementares às métricas contábeis e amplamente utilizadas pelo mercado e Agências de Rating.

Entendemos que a Dívida Bruta, Dívida Líquida e Dívida Líquida / EBITDA Ajustado são indicadores não contábeis utilizados pela nossa administração, são úteis na avaliação do grau de endividamento em relação à sua posição de caixa e equivalentes de caixa.

2.6 Eventos subsequentes as DFs

2.6. Identificar e comentar qualquer evento subsequente às últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social que as altere substancialmente

Ocorreram os seguintes eventos após as últimas demonstrações financeiras anuais individuais e consolidadas da Companhia, referentes ao exercício findo em 31 de março de 2023:

Captações de empréstimos e financiamentos de curto prazo

Em 3 de abril, 5 e 10 de maio de 2023, a controlada RESA efetuou captações de empréstimos e financiamentos, no montante de R\$ 3.946.093, com vencimento final entre 18 e 25 de março de 2024. Tais captações estão alinhadas a deliberação e aprovação do Conselho de Administração de 29 de março de 2023, acerca da obtenção de financiamentos de curto prazo pela Companhia e/ou por sua controlada RESA.

2.7 Destinação de resultados

2.7. Os diretores devem comentar a destinação dos resultados sociais, indicando:

	22'23
a. Regras sobre retenção de lucros	<p>Além das reservas obrigatórias previstas na legislação aplicável, após a distribuição dos dividendos obrigatórios, até 80% do lucro líquido poderá ser retido para a constituição de uma reserva estatutária para operações e novos investimentos/projetos ("Reserva de Investimentos"), que não poderá exceder o percentual de 80% do capital social, observado que o valor a ser destinado a cada exercício para essa reserva deve ser aprovado pela assembleia geral.</p>
b. Regras sobre distribuição de dividendos	<p>Os acionistas detentores de ações ordinárias e ações preferenciais da Companhia terão o direito de receber como dividendo obrigatório, em cada exercício social, uma quantia equivalente a, no mínimo, 1% do lucro líquido anual ajustado, calculado de acordo com o disposto na Lei das S.A., após a constituição da reserva legal obrigatória de 5% do lucro líquido do exercício.</p> <p>O cálculo do lucro líquido e das alocações para reservas, bem como dos valores disponíveis para distribuição, são efetuados com base nas demonstrações financeiras do exercício social, preparadas de acordo com a Lei das S.A..</p> <p>Por decisão da assembleia geral, os dividendos pagos anualmente ou de forma intermediária, poderão ser pagos como juros sobre capital próprio.</p>
c. Periodicidade das distribuições de dividendos	<p>A Companhia poderá elaborar balanços semestrais ou mensais, e, por deliberação do Conselho de Administração, a Companhia poderá pagar dividendos intermediários à conta</p>

2.7 Destinação de resultados

	<p>do lucro registrado nesses balanços, a serem deduzidos do lucro total a ser distribuídos no final do respectivo exercício social, observados os limites previstos em lei.</p> <p>Além disso, com base em proposta apresentada ao Conselho de Administração, as acionistas poderão decidir sobre a declaração de dividendos, incluindo dividendos intermediários, com base em lucros acumulados ou valores registrados em reserva estatutária na data do último balanço anual elaborado.</p> <p>Os dividendos intermediários e os juros sobre capital próprio distribuídos às acionistas deverão ser sempre creditados e considerados como antecipação do dividendo obrigatório</p>
d. Eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais	Não há restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especialmente aplicável à Companhia, assim como não existem restrições impostas por contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais.
e. Se o emissor possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informando órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado	A Companhia não possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada. Entretanto, o artigo 30 de seu Estatuto Social, disponível nos sites da CVM (https://www.gov.br/cvm/pt-br) e da Companhia (https://ri.raizen.com.br/), estabelece as regras aplicáveis a destinação de resultado da Companhia.

2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs

2.8. Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

a. os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como:

i. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade não tenha retido nem transferido substancialmente os riscos e benefícios da propriedade do ativo transferido, indicando respectivos passivos

Não há carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a Companhia não tenha retido nem transferido substancialmente os riscos e benefício da propriedade do ativo transferido referentes ao exercício social encerrado em 31 de março de 2023.

ii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

Não há contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de março de 2023.

iii. contratos de construção não terminada

Não há contratos de construção não terminada não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de março de 2023.

iv. contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Não há contratos de recebimentos futuros de financiamentos não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de março de 2023.

b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não há outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado referentes ao exercício social encerrado em 31 de março de 2023.

2.9 Comentários sobre itens não evidenciados

2.9. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 2.8, os diretores devem comentar:

a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de março de 2023.

b. natureza e o propósito da operação

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado 31 de março de 2023.

c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado 31 de março de 2023.

2.10 Planos de negócios

2.10. Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

a. investimentos, incluindo:

i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Há investimentos previstos pela Companhia que seguem o planejamento financeiro aprovado pelo Conselho de Administração para o exercício a ser encerrado em 31 de março 2023. As premissas macroeconômicas utilizadas são baseadas em dados de reconhecidas consultorias terceirizadas e de outras fontes públicas, à época da realização do planejamento financeiro.

Na safra 23'24, há uma previsão de investimentos, excluindo aquisições, na ordem de R\$ 13,5 bilhões, destinados principalmente à:

- (I) Capex do segmento de Renováveis e Açúcar: plantio e trato dos canaviais, maior dispêndio ligado à jornada de recuperação da produtividade agrícola e demais investimentos recorrentes, além da aceleração dos projetos de expansão em Renováveis, majoritariamente para construção das plantas de E2G e Energia Elétrica solar;
- (II) Capex do segmento de Marketing & Serviços: Dedicados para expansão da nossa rede com novos contratos, bem como renovações, além da ampliação e otimização da nossa infraestrutura logística, e para conclusão dos investimentos para adequação da qualidade de produtos e redução das emissões de enxofre na Refinaria da Argentina (no montante estimado para o ano de USD 150 milhões).

ii. fontes de financiamento dos investimentos

A principal fonte de capital para os investimentos da Companhia vem de seu fluxo de caixa, além de possíveis operações de captação de recursos junto a bancos privados e/ou em ofertas públicas de títulos e valores mobiliários.

iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia não possui desinvestimentos em andamento ou previsto.

2.10 Planos de negócios

b. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Não há aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente na capacidade produtiva da Companhia.

c. novos produtos e serviços, indicando:

i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Não aplicável.

ii. montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável.

iii. projetos em desenvolvimento já divulgados

Etanol de Segunda Geração (E2G)

Nosso E2G é reconhecido globalmente como um produto diferenciado de alto valor agregado: emite gases de efeito estufa 30% menos que o etanol tradicional e, por ser fabricado a partir de resíduos como bagaço e palha de cana-de-açúcar, aumenta em 50% o nosso potencial de produção de biocombustíveis sem demandar um único hectare adicional de terra cultivada. É um case de inovação e circularidade, sendo um biocombustível subproduto produzido a partir de materiais celulósicos (waste-based solution).

A Raízen reitera seu plano de atingir 20 plantas de E2G instaladas até 2030'31, com uma capacidade instalada de produção de aproximadamente 1,6 milhão de m³/ano, utilizando biomassa e palha não aproveitados no processo do E1G. Todas essas plantas já nascem inseridas no Programa SER+ (Sistema de Excelência Raízen), garantindo que as melhores práticas para aumento de eficiência e produtividade sejam aplicadas de forma contínua. A carteira de demanda contratada de E2G da Raízen já totaliza 4 milhões de m³ já comercializados em contratos de longo prazo.

As perspectivas seguem favoráveis, com crescente demanda via implementação de políticas de biocombustíveis para cumprir as metas globais de descarbonização e para diferentes usos, em diversos mercados. Mercados como a Califórnia e a UE já pagam prêmios superiores pelo E2G e por outros biocombustíveis avançados produzidos com tecnologia waste-based. O atual cenário macroeconômico e político tem acelerado a busca por alternativas energéticas,

2.10 Planos de negócios

especialmente as de baixo carbono, intensificando o interesse pelo etanol, principalmente E2G. Vários países e empresas estão investindo no desenvolvimento de tecnologias para produção de Biobunker e Sustainable Aviation Fuel (SAF), adicionando demanda e interesse pelo E2G. Atualmente, aproximadamente 80% do volume a ser produzido pelas plantas anunciadas já foram comercializados em contratos de longo prazo e moeda forte, com contrapartes de primeira linha, contribuindo para o cumprimento de suas metas de descarbonização.

iv. montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável.

d. oportunidades inseridas no plano de negócios do emissor relacionadas a questões ASG

Integramos aspectos ambientais, sociais, econômicos e de governança para gerar e compartilhar valor com os nossos stakeholders, com o objetivo de buscar a perenidade, a competitividade e a responsabilidade dos nossos negócios, bem como nos garante cumprir com o propósito de redefinir o futuro da energia. O processo de materialidade é etapa importante nessa jornada, pois nos permite ter clareza dos nossos impactos, reais e potenciais, positivos e negativos, bem como entender a expectativa dos nossos stakeholders sobre nossa gestão ESG, conforme descrito no [Relato Integrado 23'24.](#)

Com essa visão, criamos os compromissos públicos como forma de reforçar a nossa responsabilidade corporativa ao passo que criamos oportunidades de negócio. Como diferenciais competitivos essenciais, esses compromissos impulsionarão a ampliação do nosso portfólio de energias renováveis, além da garantir a operação certificada por padrões internacionalmente reconhecidos, que permitirá o acesso mais amplo a mercados cada vez mais criteriosos e que, consequentemente, melhor remuneram nossos produtos. Mais detalhes sobre a estratégia ESG na seção 1.8 nesse Formulário de Referência.

2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional

2.11. Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção

Conflito no leste europeu – Guerra entre Rússia e Ucrânia

O conflito no leste europeu, entre Rússia e Ucrânia, tem pressionado os preços de petróleo, derivados de petróleo e gás e de fertilizantes no mercado internacional, uma vez que a Rússia é o segundo maior produtor de petróleo do mundo e um importante produtor de insumos para fertilizantes, como nitrato, fósforo e potássio.

Diante desse cenário e, considerando a importância dessas commodities nas operações da Raízen, a administração avalia que o aumento dos custos de petróleo e seus derivados e dos insumos de fertilizantes observados atualmente no mercado, decorrente do efeito da guerra, até o momento, não causa impacto em suas demonstrações financeiras anuais, em razão da sua prática de manutenção de estoques mínimos e pela sua política de hedge, que visa proteger o seu resultado em função das variações dos preços de moeda e commodities em geral.

A Raízen monitora constantemente os mercados internacionais destas commodities e através de iniciativas comerciais e de estratégia de fornecimento e suprimento, busca minimizar possíveis impactos financeiros e riscos de ruptura no abastecimento de suas operações, buscando alternativas viáveis de produtos e países fornecedores para eventual falta de algum produto ou insumo.

Diversos governos e instituições anunciaram recentemente sanções a certos setores industriais na Rússia. Essas e quaisquer sanções adicionais, bem como contramedidas adotadas pelos governos da Rússia ou de outras jurisdições, podem afetar adversamente nossos negócios.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

5. POLÍTICA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

5.1. Em relação aos riscos indicados nos itens 4.1 e 4.3, informar:

a. se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política

Com o objetivo de estabelecer princípios, diretrizes e responsabilidades a serem observados no processo de gerenciamento de riscos inerentes às atividades de negócio da Raízen S.A., a Companhia adota uma Política de Gerenciamento de Riscos, de forma a identificar e monitorar os riscos relacionados à Companhia ou seu setor de atuação.

A estrutura de controle é desenvolvida para prestar garantia razoável a respeito do alcance dos objetivos de negócios da Companhia e cumprimento de suas obrigações e compromissos externos, consistindo em 3 (três) tipos de componentes: (i) fundamentos; (ii) organizações; e (iii) processos. Nesse sentido, a Política de Gerenciamento de Riscos fornece orientações sobre a aplicação do processo de gestão de riscos, como um dos fundamentos.

São também objetivos da Política de Gerenciamento de Riscos: (i) identificar os riscos para alcance de seus objetivos de negócios; (ii) avaliar o impacto e a probabilidade de materialização dos riscos identificados; e (iii) implementar ações eficazes desenvolvidas para: a) alcançar objetivos de negócios; b) proteger ativos da Companhia contra uso impróprio, perda ou fraude; c) facilitar operações econômicas, eficazes, eficientes e seguras; e d) permitir conformidade com os limites previstos pela estrutura de controle.

A Política de Gerenciamento de Riscos foi formalmente aprovada pelo Conselho de Administração em reunião do Conselho de Administração realizada em 31 de maio de 2021. Sua aplicação é monitorada pelos órgãos de governança, gestores e responsáveis diretos da Companhia, que seguem o modelo de “Três Linhas de Defesa”.

A primeira linha de defesa é composta pelas áreas de negócio do Grupo Raízen, incluindo suas coligadas e controladas, responsáveis pelos Riscos e oportunidades que gerenciam. A segunda linha de defesa é composta pelas estruturas de controle da Companhia, que devem instrumentalizar os gestores da primeira linha para o correto gerenciamento dos riscos e oportunidades. Por fim, a terceira linha de defesa é composta pela auditoria interna da Companhia, atuando com um olhar independente para verificar a eficácia do modelo.

A Companhia reconhece que a gestão de riscos é parte integrante e fundamental de suas atividades organizacionais, contribuindo para a evolução estruturada e sustentável de seus resultados financeiros e rentabilidade, consolidando sua imagem de empresa sólida, eficiente e

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

socialmente responsável. A gestão de riscos eficaz aumenta o valor das decisões de negócios da Companhia, uma vez que escolhas conscientes são feitas em relação aos riscos que têm impactos nelas, ou que resultam delas.

A estrutura de gestão de riscos é integrada à governança e a todas as atividades da organização, incluindo a tomada de decisão, conforme sugerido pelo COSO (*Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*). A gestão de riscos leva em consideração quaisquer limitações e incertezas associadas aos processos, interesses, objetivos estratégicos e ambiente da Companhia, que são baseadas em informações históricas e atuais, assim como em expectativas futuras.

A metodologia de avaliação interna de riscos deve ser aplicada periodicamente e sempre que houver alteração significativa da estrutura organizacional e/ou de negócios.

Além disso, a Companhia adota também políticas formais complementares destinadas ao gerenciamento de riscos, tais como Código de Conduta, Política de Doações, Política de Trading, Política de Tesouraria, Política de Gestão de Conflitos de Interesse e Transações com Partes Relacionadas, Política de Integridade e o Regimento Interno do Comitê de Auditoria.

Todas as políticas e os regimentos internos de órgãos e departamentos da Companhia podem ser consultados na página de relações com investidores da Companhia (<https://ri.raizen.com.br/sobre-a-raizen/estatuto-codigos-e-politicas/>), na CVM (<https://www.gov.br/cvm/pt-br>) e na B3 (https://www.b3.com.br/pt_br/).

b. os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos, quando houver, incluindo:

A Política de Gerenciamento de Riscos da Companhia, aprovada pelo Conselho de Administração em 31 de maio de 2021, foi estabelecida com base nas orientações da metodologia do COSO – *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*, e tem, como objetivos gerais, os de estabelecer princípios, diretrizes e responsabilidades a serem observados no processo de gerenciamento de riscos inerentes às atividades de negócio da Companhia, de forma a identificar e monitorar os riscos relacionados à Companhia ou seu setor de atuação.

São objetivos específicos da Política de Gerenciamento de Riscos da Companhia: (i) identificar os riscos para alcance dos objetivos de negócios da Companhia; (ii) avaliar o impacto e a probabilidade de materialização dos riscos identificados; e (iii) implementar ações eficazes desenvolvidas para: a) alcançar objetivos de negócios; b) proteger ativos da Companhia contra uso impróprio, perda ou fraude; c) facilitar operações econômicas, eficazes, eficientes e seguras; e d) permitir conformidade com os limites previstos pela estrutura de controle.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

Para o alcance de tais objetivos, a Companhia estabelece e mantém atualizada sua matriz de riscos do negócio, a qual é aprovada anualmente pelo Comitê de Auditoria da Companhia, e monitorada em todos os níveis da Companhia e em vários estágios dentro dos processos corporativos e pela alta administração.

i. os riscos para os quais se busca proteção

A Política de Gerenciamento de Riscos da Companhia estabelece o agrupamento dos riscos corporativos em seis categorias:

- **Riscos Estratégicos:** estão associados à tomada de decisão da alta administração e podem gerar perda substancial no valor econômico da organização. São causados por mudanças no ambiente externo.
- **Riscos Operacionais:** estão associados à possibilidade de ocorrência de perdas (de produção, ativos, clientes, receitas) resultantes de falhas, deficiências ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas.
- **Riscos Regulatórios, Legais e de Conformidade:** são aqueles associados à exposição a não cumprimento de leis e regulamentos emitidos pelos governos centrais e locais assim como regulamentos emitidos por entidades reguladoras ou mesmo de natureza interna. Estão associados a prevenção de lavagem de dinheiro, integridade etc.;
- **Riscos da Informação:** são aqueles que consistem na perda, uso indevido, acesso ou divulgação não autorizada de informações ou dados pessoais de partes interessadas, internas ou externas, podendo ameaçar os negócios ou prejudicar a imagem da Companhia; e
- **Riscos de Imagem:** riscos de ocorrência de eventos, frequentemente associados à materialização dos outros riscos, que causem dano à reputação e afetem a credibilidade da Companhia

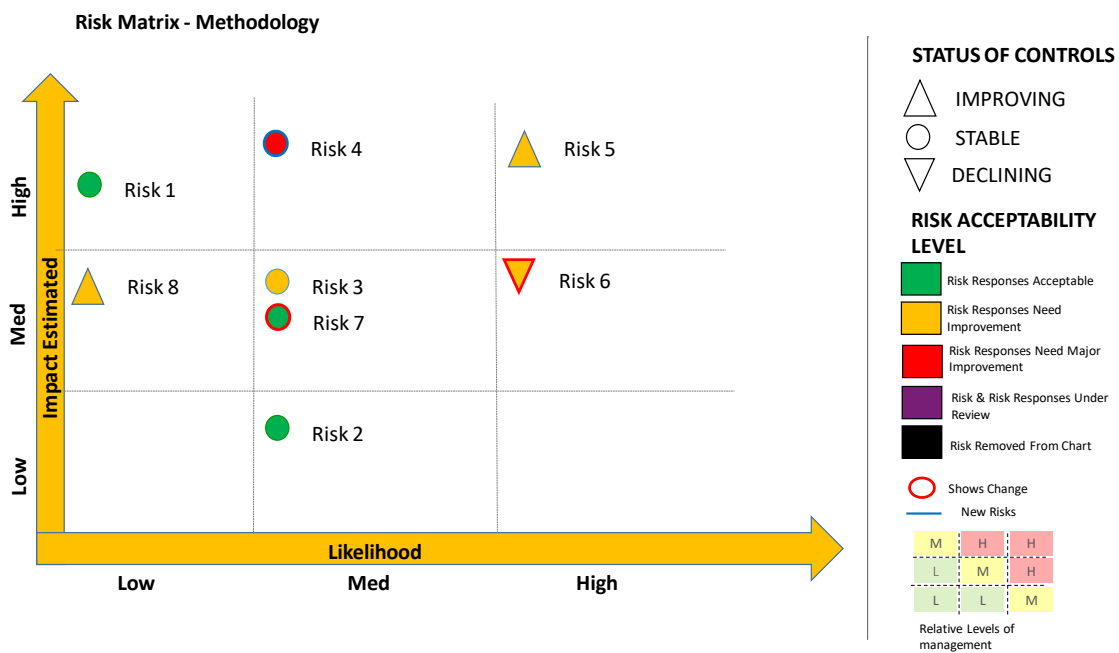
ii. os instrumentos utilizados para proteção

O modelo de gerenciamento de riscos adotado pela Companhia contempla 3 (três) linhas de defesa e conta com um processo estruturado de identificação dos riscos, de avaliação dos impactos e probabilidade dos riscos, de comunicação e monitoramento dos riscos e de reporte dos riscos.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

Além de identificá-los, os riscos são mensurados quanto ao seu impacto (valor) e sua probabilidade de ocorrência, bem como identifica-se o nível de aceitabilidade do risco residual, sendo este definido como o risco que permanece após se levar em consideração as ações existentes que estejam sendo tomadas.

Com base no processo citado acima, é realizada a priorização e definição do limite (ou apetite) de cada risco que a Companhia e seus acionistas estão dispostos a correr na busca pelo retorno e geração de valor, classificando os riscos de acordo com a matriz de priorização de riscos, conforme abaixo:



Os riscos são gerenciados em 3 categorias: Alto, Médio e Baixo. A saber:

- Os quadrantes relacionados como “Alto” possuem maior criticidade no valor do negócio, demandam priorização e acompanhamento, além de planos de ações prioritários para eliminar ou reduzir sua severidade e/ou frequência;
- Os quadrantes relacionados como “Médio” possuem criticidade moderada no valor dos negócios, demandam monitoramento regular para direcionar continuamente as estratégias de mitigação e/ou planos de contingência;
- Os quadrantes relacionados como “Baixo” possuem menor criticidade no valor dos negócios, demandam foco para definir níveis aceitáveis de perda por eventos e ações que evitem que o nível de impacto aumente ao longo do tempo.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

As seguintes ações genéricas podem ser tomadas para gerenciar os riscos:

1. Aceitar e controlar o risco: aceitar o risco e colocar em vigor os controles apropriados (preventivos e de detecção) para gerenciar o risco e maximizar o valor.
2. Risco de transferência e/ou compartilhamento: alguns riscos são transferidos (por exemplo, para uma companhia de seguros) ou compartilhados (por exemplo, com contratadas ou parceiros de joint venture).
3. Encerrar ou renunciar à atividade: os riscos são evitados, por exemplo, interrompendo uma atividade ou retirando-se de uma região ou mercado. Alguns riscos são eliminados em parte por meio de venda ou desinvestimento. No entanto, é importante estabelecer se todos os riscos serão eliminados ou se alguns permanecerão com o negócio (por exemplo, passivos ambientais).

A comunicação e consciência contínua de quais riscos são significativos são elementos importantes para que decisões sejam tomadas, definição de como os riscos serão gerenciados, e as oportunidades envolvidas.

iii. a estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

A Política de Gerenciamento de Riscos da Companhia estabelece os seguinte papéis e responsabilidades aos seus órgãos internos.

O Conselho de Administração deve: (i) revisar e aprovar as definições gerais das estratégias de gerenciamento de riscos, incluindo a Política de Gerenciamento de Riscos da Companhia, (ii) estabelecer os níveis de *Apetite a Risco* da Raízen em função dos objetivos estratégicos da Companhia; (iii) monitorar os alinhamentos críticos: estratégia, riscos, controles, conformidade (*compliance*), incentivos e pessoas; (iv) avaliar periodicamente se os processos de gerenciamento de riscos corporativos permitem ao Conselho de Administração atingir seus objetivos de supervisão dos riscos.

No âmbito do gerenciamento de riscos da Companhia, destaca-se também a atuação do Comitê de Auditoria, que possui as seguintes responsabilidades: (i) supervisionar a adequação dos processos relativos ao gerenciamento de riscos e ao sistema de controles internos, em linha com as diretrizes estabelecidas pelo Conselho de Administração; (ii) avaliar e monitorar as exposições de risco da Companhia por meio da aprovação anual da matriz de riscos; (iii) acompanhar a evolução do gerenciamento dos riscos identificados, bem como o cumprimento da legislação aplicável, das políticas, normas e procedimentos do Grupo Raízen, e a efetividade dos controles e das ações de resposta endereçadas; (iv) avaliar a adequação dos recursos humanos e financeiros destinados ao processo de gerenciamento de riscos corporativos da Raízen; e (v)

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

manter o Conselho de Administração devidamente informado a respeito da efetividade dos processos de gerenciamento de riscos, bem como, quando necessário, recomendar alterações nos conceitos e nos níveis de apetite ao risco.

Adicionalmente, a área de Auditoria Interna da Companhia, que reporta suas atividades ao Conselho de Administração, por meio do Comitê de Auditoria, tem a responsabilidade de: (i) avaliar a confiança das informações, revisar a efetividade e a eficiência das operações, salvaguarda dos ativos assegurando o cumprimento das leis, regulamentos e contratos; (ii) assessorar o Diretor Presidente e o Conselho de Administração, por meio do Comitê de Auditoria, examinando, avaliando, informando e recomendando melhorias de adequação no ambiente interno e efetividade no processo de Gerenciamento de riscos corporativos; (iii) identificar e apontar Riscos eventualmente ainda não mapeados na organização através da avaliação independente do ambiente de controles internos; e (iv) aferir a qualidade e a efetividade dos processos de gerenciamento de riscos da Companhia.

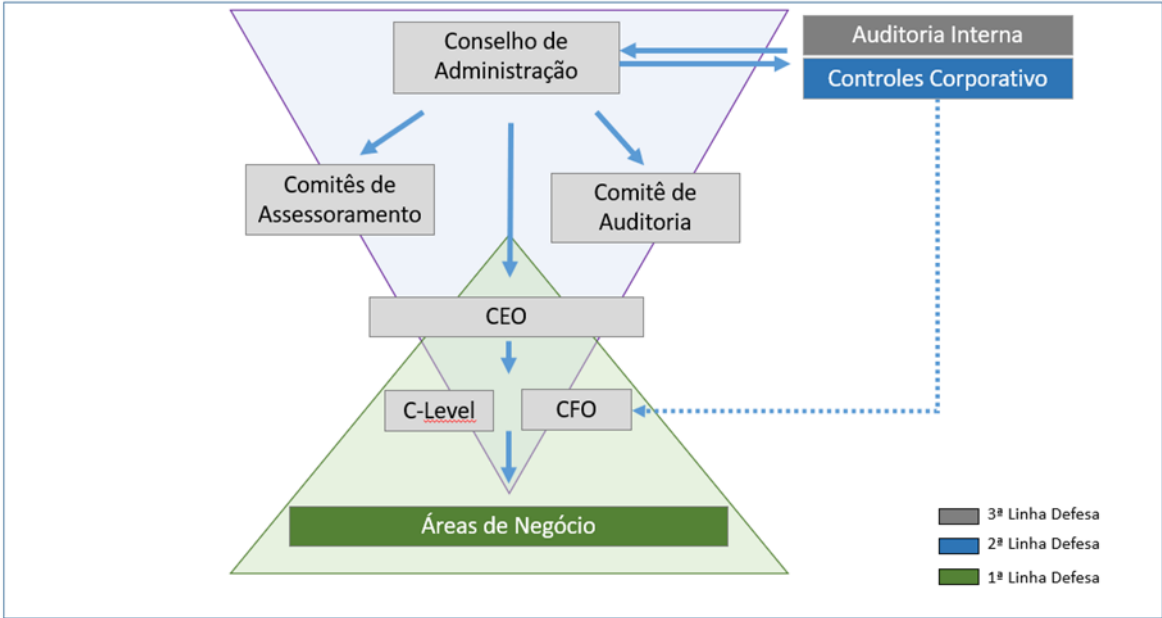
Já a Área de Controles Corporativos possui diversas responsabilidades no que tange às suas estruturas de Gestão de Riscos, e Controles Internos. Especificamente para o gerenciamento de riscos, suas principais responsabilidades são: (i) desenvolver e aplicar a estratégia e a metodologia de gerenciamento de riscos em conformidade com as leis e regulamentos aplicáveis, políticas, normas e procedimentos internos e melhores práticas de gestão; (ii) em conjunto com a Área de Auditoria Interna, compatibilizar as medidas de risco, impacto e probabilidade, de forma a serem usados os mesmos conceitos na classificação dos riscos em ambas as atividades; (iii) manter atualizada a Política de Gerenciamento de Riscos da Companhia, o Procedimento de Gerenciamento de Riscos e o *Template* da Matriz de Riscos; (iv) promover a cultura de gerenciamento de riscos corporativos na organização; (v) instrumentalizar e treinar todos os gestores das áreas de negócios e funções para garantir a correta e oportuna identificação, análise, avaliação de riscos e endereçamento de planos de ações; (vi) apoiar os gestores na formulação dos conceitos e metodologias utilizados no gerenciamento de riscos corporativos, bem como o Mapa de Riscos e a Régua de Riscos, que estabelece a classificação dos mesmos pela severidade de seus impactos potenciais; (vii) monitorar os níveis de exposição aos Riscos periodicamente conforme diretrizes desta política; (viii) reportar às Vice-Presidências através dos Comitês de Governança, e ao Comitê de Auditoria sobre os níveis de exposição potencial dos principais riscos identificados; (ix) acompanhar a implementação dos planos de ação junto aos gestores para, quando for o caso, verificar sua mitigação ou redução reportando à Liderança Executiva e ao Comitê de Auditoria.

Por fim, compete às Áreas de Negócios e Funções da Companhia: (i) identificar, avaliar, mitigar e monitorar os riscos dos processos e negócios sob sua responsabilidade, com base nos critérios estabelecidos nesta política; (ii) definir e implementar os planos de ações para mitigação dos

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

riscos identificados; e (iii) assegurar a execução e a efetividade dos Controles Internos existentes para mitigação dos riscos.

Organograma da estrutura de gerenciamento de riscos, incluindo as 3 (três) linhas de defesa:



c. a adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política adotada

O Regimento Interno do Comitê de Auditoria e Integridade da Companhia estabelece, dentre as atribuições do órgão, a de avaliar a efetividade e suficiência dos sistemas de controles e de gerenciamento de riscos, os quais estão previstos da Política de Gerenciamento de Riscos da Companhia. Além disso, o órgão também deve reportar ao Conselho de Administração qualquer violação material das normas internas da Companhia, incluindo suas políticas.

A Companhia ressalta que a administração e diversos órgãos monitoram e avaliam, por meios considerados adequados, se as operações efetuadas estão de acordo com as políticas adotadas e se representam exposição a riscos que comprometam o atendimento dos objetivos da Companhia.

A Companhia entende que a estrutura operacional das áreas de auditoria interna, gerenciamento de riscos e de controles internos, bem como seu orçamento de capital são adequados para assegurar a efetividade da Política de Gerenciamento de Riscos e, sempre que necessário os códigos e políticas internas da Companhia são atualizados para mantê-los adequados e atualizados.

5.2 Descrição dos controles internos

5.2. Em relação aos controles adotados pelo emissor para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, indicar:

a. as principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las

A Companhia dispõe de políticas e procedimentos devidamente divulgados aos seus funcionários, além de uma estrutura organizacional de gestão de riscos, auditoria interna e controles corporativos que, dentre outras atribuições, é responsável pelas diretrizes e avaliação da eficiência dos controles internos de divulgação das informações financeiras de acordo com o *Internal Control Integrated Framework* emitido pelo *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission* ("COSO").

Os controles internos de divulgação das informações financeiras da Companhia são elaborados para garantir de forma razoável a confiabilidade dos relatórios financeiros e a elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as normas e princípios contábeis. Deficiências de controles, quando identificadas, são tratadas através de planos de ação estabelecidos pelas estruturas organizacionais envolvidas, e monitorados através de sistema informatizado e reportes periódicos à alta administração da Companhia.

A Companhia também avalia periodicamente os principais controles chave de performance de cada processo, não se limitando aos controles sobre Demonstrações Financeiras.

A Administração avaliou a eficácia dos controles internos da Companhia referentes ao processo de preparação e divulgação das demonstrações financeiras correspondentes ao período encerrado em 31 de março de 2023, comparativamente ao exercício encerrado em 31 de março de 2022, e, com base nesta avaliação, concluiu que os controles são eficazes.

b. as estruturas organizacionais envolvidas

O Conselho de Administração da Companhia é o principal órgão responsável pela aprovação das demonstrações financeiras, contando com a assessoria: (i) do Comitê de Auditoria para avaliar e monitorar a qualidade e integridade das informações trimestrais, das demonstrações financeiras intermediárias e das demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas, efetuando as recomendações que entender necessárias ao Conselho de Administração, supervisionar a qualidade e integridade dos trabalhos dos auditores internos e independentes, a aderência da Companhia às normas legais, estatutárias e regulatórias, e acompanhar periodicamente os riscos operacionais, financeiros e reputacionais; e (ii) do Comitê de Finanças, responsável, dentre outras funções, por supervisionar e revisar os resultados da Companhia e a qualidade dos relatórios financeiros.

5.2 Descrição dos controles internos

A execução dos controles internos e demais mecanismos de proteção é de responsabilidade das áreas de negócios (1ª linha de defesa), observando as diretrizes da Companhia.

Existe um Comitê de Governança para cada negócio, formado pelo Vice-presidente do negócio, seus subordinados diretos, e diretoria de controles corporativos, os quais têm como função endereçar os temas relacionados a melhorias de processos e controles internos e reportam suas atividades ao Conselho de Administração, por meio do Comitê de Auditoria.

c. se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

Todos os trabalhos realizados pela Auditoria Interna citados acima são reportados periodicamente ao Comitê de Auditoria, que assessora o Conselho de Administração

Além disso, no Comitê de Governança de cada Negócio, formado pelo Vice-Presidente do negócio e seus subordinados diretos, são discutidos periodicamente os resultados dos trabalhos do escopo da auditoria interna e área de controles, e as principais fragilidades identificadas nas revisões dos processos de negócio.

Para todos os riscos e deficiências apresentadas é solicitado às áreas a elaboração de um plano de ação, endereçado para a redução das exposições ao risco e, com indicação de responsável por sua implementação e prazos de conclusão. Cabe ressaltar que os planos de ação são acompanhados de forma sistemática pelos responsáveis do negócio.

d. deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente

Os auditores independentes obtiveram o entendimento dos processos relacionados ao sistema contábil e de controles internos da Companhia em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício encerrado em 31 de março de 2023 com o objetivo de determinar a natureza, época e extensão da aplicação dos procedimentos de auditoria, mas não com finalidade de expressar uma opinião específica sobre esses controles internos.

Anualmente, a Companhia recebe as deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado dos auditores independentes, propõe um plano de ação e trabalha durante o ano para corrigir quaisquer deficiências identificadas.

5.2 Descrição dos controles internos

Nesse sentido, o relatório circunstanciado referente ao exercício findo em 31 de março de 2023 apontou a recomendação de melhorias e outras deficiências de controles, que, quando avaliados em conjunto, não foram consideradas pelos auditores como deficiências significativas no ambiente de controles mantido pela Administração.

e. comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

Conforme mencionado no item 5.3 (d), os auditores independentes da Companhia não identificaram deficiências e recomendações consideradas significativas nos controles internos relativos à elaboração das demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de março de 2023

5.3 Programa de integridade

5.3. Em relação aos mecanismos e procedimentos internos de integridade adotados pelo emissor para prevenir, detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, nacional ou estrangeira, informar:

a. se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:

i. os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas

Diretrizes voltadas ao combate à prática de fraudes e ilícitos contra a Administração Pública estão presentes no Código de Conduta da Companhia, na Política de Integridade e em procedimentos complementares voltados a mitigar riscos relativos ao tema.

A Companhia possui medidas mitigadoras de fraudes e ilícitos contra a Administração Pública, tais como: (i) capacitação, através de treinamentos periódicos, dos funcionários da companhia para combate a práticas ilícitas; (ii) comunicação constante sobre regras de conduta e boas práticas de combate à corrupção, fraudes e ilícitos contra a Administração Pública; (iii) auditoria de integridade de contrapartes para fornecedores que intermedeiam a Companhia junto a Agentes Públicos, em requisições de Doações e Patrocínios, M&A e novos negócios de *Trading* (clientes, fornecedores e parceiros de negócios). Em adição, para operações classificadas como de alto risco, conforme orientação do Departamento Jurídico da Companhia; (iv) critérios de escolha de membros da alta direção que consideram elementos de *compliance* e integridade; (v) governança com definição de diferentes alçadas e controles para aprovação de despesas; (vi) análise de *compliance* para iniciativas de performance social; (vii) ferramentas de reportes de presentes e hospitalidades, conflitos de interesses, bem como a demanda pelo registro de interações com a Administração Pública, entre outras medidas.

Os riscos relativos ao perfil do emissor são atualizados constantemente, mediante a revisão da matriz de risco da companhia e a verificação a cada 2 (dois) anos da necessidade de revisão de Políticas e Procedimentos por Controles Corporativos, que são devidamente programadas e agendadas no Portal de Controles, ferramenta de controle e gestão de planos de ação para melhoria contínua do ambiente de *compliance* e integridade. Adicionalmente, de acordo com evolução do Programa de *Compliance* e alterações nos negócios da Companhia, avaliação de risco independente é realizada.

Eventuais desvios de conduta podem ser detectados pelas áreas de Auditoria (externa e interna), e de Controles Corporativos, além das informações comunicadas via canais de denúncia, como o Canal de Ética. Eventuais ocorrências são avaliadas pelo Comitê de Ética da Companhia, que

5.3 Programa de integridade

se reporta ao Comitê de Auditoria, que por sua vez é vinculado ao Conselho de Administração da Raízen.

Em caso de detecção de violações, medidas disciplinares como desligamento por justa causa são aplicáveis, bem como denúncia às autoridades competentes pela Companhia.

ii. as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes

O monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade fica a cargo das áreas de *Compliance*, Auditoria Interna e de Controles Corporativos, que atuam conjuntamente para assegurar a eficácia do Programa de Ética e *Compliance* da companhia.

A área de Controles Corporativos reporta para a Vice-Presidência Financeira, *Compliance* para a Vice-Presidência Jurídica e a Auditoria Interna reporta diretamente ao Comitê de Auditoria.

Assuntos dessas três áreas podem ser reportados ao Conselho de Administração da empresa, ou a representantes dos acionistas em reuniões trimestrais, ou em frequência menor, se necessário, capitaneadas pela Auditoria Interna.

Adicionalmente, a Companhia possui ainda os seguintes Comitês de monitoramento do Programa de Ética e *Compliance*: (i) Comitê de Auditoria e Integridade, que é órgão de assessoramento vinculado diretamente ao Conselho de Administração para assegurar independência em relação à diretoria da Companhia, com atribuição de propor plano de auditoria, proporcionar independência para a manutenção e melhorias dos controles internos e *compliance*, entre outras; (ii) Comitê de Ética, que é o órgão de assessoramento vinculado diretamente ao Comitê de Auditoria e Integridade para assegurar independência em relação à diretoria da companhia, com atribuição de monitorar a eficácia do processo de apuração de denúncias de violação do Código de Conduta e demais políticas e procedimentos, entre outras; (iii) Comitê de Liderança, que é órgão de assessoramento vinculado diretamente ao Comitê de Auditoria e Integridade para assegurar independência em relação à diretoria da companhia, com atribuição de monitorar a eficácia e garantir as melhores práticas no Programa de Ética e *Compliance* da Raízen, entre outras; e (iv) Comitê de *Compliance*, que é órgão de assessoramento vinculado diretamente ao Comitê de Auditoria e Integridade para assegurar independência em relação à diretoria da companhia, com atribuição de propagar a cultura de ética na companhia, agindo como agente disseminador do Código de Conduta Raízen, e demais políticas e procedimentos

5.3 Programa de integridade

internos relacionados ao Programa de Ética e *Compliance*, replicando e implementando nas áreas de negócio as decisões tomadas pelos Comitês supramencionados.

iii. se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:

O Código de Conduta da Companhia foi inicialmente aprovado em 2011, e atualizado ao longo do tempo, sendo a sua última ratificação aprovada em 16 de dezembro de 2021 pelo Conselho de Administração. O Código de Conduta da Companhia é amplamente divulgado em campanhas de comunicação interna, em processos de contratação de terceiros e está disponível para acesso na página de relação com investidores da Companhia na internet (www.ri.raizen.com.br) e na página da CVM (<https://www.gov.br/cvm/pt-br>).

· se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados

O Código da Conduta da Raízen se aplica a todos os funcionários e terceirizados da Raízen, bem como aos prestadores de serviços, fornecedores ou parceiros de negócio, incluindo conselheiros de administração e demais profissionais que operem em benefício ou em nome da Companhia.

· as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas

Qualquer colaborador ou terceiro que não observar as disposições do Código de Conduta e de políticas e procedimentos internos estará sujeito a sanções, que no caso de colaboradores vão desde advertências à desligamento, inclusive por justa causa, sem prejuízo de outras medidas legais, como a comunicação, pela Companhia, das eventuais violações às autoridades competentes para responsabilização cível e criminal, quando aplicável.

A negligência e a falha involuntária também são consideradas descumprimento do Código de Conduta, sendo passíveis de aplicação das medidas acima mencionadas.

Com relação a terceiros representantes da empresa que se envolvam em práticas ilícitas ou violações das políticas internas da Companhia estarão sujeitos à rescisão contratual motivada, bem como possibilitará o manejo de eventual ação indenizatória, sem prejuízo de outras providências legais.

5.3 Programa de integridade

Adicionalmente, se aplicável, autoridades competentes são envolvidas para a cabível responsabilização cível e criminal dos responsáveis por violações de disposições previstas em legislação aplicável.

- órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

O Código de Conduta da Raízen foi aprovado pelo Conselho de Administração da empresa, tendo sua última ratificação ocorrido em 16 de dezembro de 2021, e está disponível nos sites da CVM (<https://www.gov.br/cvm/pt-br>), B3 (https://www.b3.com.br/pt_br/) e de R.I. da Companhia (<https://ri.raizen.com.br/>).

b. se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:

<https://canalconfidencial.com.br/raizen/>

Brasil:	0800-772-4936
Argentina:	0800-345-1701
Estados Unidos:	1-800-509-4201
Paraguai:	009-800-120-004
Suíça:	0800-898-773

E-mail canaldeetica@raizen.com.br

i. se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros

O Canal de Ética é externo, independente, ficando a cargo de empresa especializada e reconhecida mundialmente o recebimento das denúncias e filtros de apurações a serem repassados à Auditoria Interna da Raízen para gestão.

ii. se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados

O Canal de Ética está aberto ao recebimento de denúncias internas e externas, ou seja, de empregados, fornecedores/terceiros, clientes e comunidade.

iii. se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciante de boa-fé

Sim, o Canal de Ética garante o anonimato e sigilo de informações. O Canal de Ética é gerido por um terceiro especializado que disponibiliza para a Companhia a denúncia através de um sistema independente, além de um processo interno que assegura que as informações sejam

5.3 Programa de integridade

recebidas e tratadas por um time segregado das áreas operacionais da Companhia. Após a investigação a denúncia é submetida ao Comitê de Ética e ao Comitê de Auditoria.

iv. órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias

A gestão do Canal de Ética é feita por uma equipe segregada reportando-se à Auditoria Interna. As denúncias são recebidas por uma empresa terceira e independente, registradas em seu portal e então encaminhadas para esse time, que tem a responsabilidade, junto com outras áreas da companhia, a realizar a apuração e investigação dos casos.

As denúncias são recebidas, cadastradas e classificadas por assunto por empresa especializada e depois encaminhadas para a área de Auditoria para as providências internas necessárias.

Quando substanciadas, as denúncias são levadas para apreciação do Comitê de Ética da companhia, composto por Executivos da companhia. Periodicamente, todos os casos substanciados são reportados para o Comitê de Auditoria, órgão que assessora o Conselho de Administração.

Todas as denúncias recebidas são tratadas e respondidas ao denunciante, independentemente de serem avaliadas como procedentes ou não. As informações relacionadas às denúncias permanecem registradas no sistema do fornecedor independente, e comunicação, que porventura, se faz necessária com o denunciante são realizadas através desse portal, garantindo assim o anonimato deles.

De acordo com o “Processo de Investigação de Fraudes e Irregularidades denunciadas ao Canal de Ética e outros meios” as denúncias envolvendo Diretores Executivos e membros que trabalhem na apuração das denúncias e possuem fluxo especial.

c. número de casos confirmados nos últimos 3 (três) exercícios sociais de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública e medidas corretivas adotadas.

Não houve, nos últimos 3 (três) exercícios sociais, quaisquer casos confirmados de desvios, fraudes, irregularidades ou atos ilícitos praticados contra a administração pública.

d. caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido

5.3 Programa de integridade

Não aplicável, visto que, conforme descrito ao longo deste item, a Companhia possui políticas e diretrizes que identificar e combater desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública.

5.4 Alterações significativas

5.4. Informar se, em relação ao último exercício social, houve alterações significativas nos principais riscos a que o emissor está exposto ou na política de gerenciamento de riscos adotada, comentando, ainda, eventuais expectativas de redução ou aumento na exposição do emissor a tais riscos

Em relação ao último exercício social, não houve alterações significativas nos principais riscos a que estamos expostos, tampouco há, atualmente, expectativas com relação à redução ou ao aumento relevante na exposição aos principais riscos descritos nos itens 4.1 a 4.3 deste Formulário de Referência.

5.5 Outras informações relevantes

5.5. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Gerenciamento de riscos relativos à segurança da informação

A Companhia realiza anualmente testes de invasão aos seus sistemas por meio de “Pentest” que ocorrem ao longo do ano todo e são conduzidos por empresas especialistas em segurança da informação. Estes testes buscam identificar vulnerabilidades que possibilitem ataques através de hackers aos seus sistemas e, posteriormente, as vulnerabilidades identificadas são tratadas pela Companhia. Atualmente existe um “Pentest” em execução que está sendo realizada pela BLAZE Information Security.

Destaca-se que a Companhia busca constantemente desenvolver os seus sistemas, procurando aprimorar o seu gerenciamento de riscos e investir em novas tecnologias. Após o ataque de hacker sofrido pela Companhia e seu grupo econômico em março de 2020, a Companhia investiu mais de R\$ 35 milhões em cyber segurança.